

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CLÓVIS PEIXOTO FIRMO

**ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTERVENÇÕES NO ESPAÇO URBANO
DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2016

CLÓVIS PEIXOTO FIRMO

**ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTERVENÇÕES NO ESPAÇO URBANO
DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora:
Profª Drª Érica Tavares da Silva Rocha

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2016

CLÓVIS PEIXOTO FIRMO

**ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTERVENÇÕES NO ESPAÇO URBANO
DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 29/03/2016

Banca examinadora:

Profª Drª Érica Tavares da Silva Rocha
Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo de Araújo Monteiro

Profª Drª Antenora Maria da Mata Siqueira

Campos dos Goytacazes
2016

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por me proporcionar essa oportunidade ímpar e inesquecível na minha vida.

À minha família, em especial a minha esposa e minha filha, pelo constante incentivo e companheirismo durante os períodos por nós vividos.

À professora Érica Tavares, pela orientação e sua dedicação, empenho, paciência e pela rica contribuição intelectual.

Agradeço à Antenora, pela oportunidade dada de participar do projeto do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA), que muito contribuiu para esse trabalho.

A todos os colegas do projeto de pesquisa do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA).

A todos que colaboraram de alguma forma para a realização desse trabalho e concretização desse sonho.

RESUMO

O presente trabalho procura analisar elementos da organização socioespacial da cidade, considerada a partir da localização dos diferentes grupos sociais, e das suas condições de acesso a serviços, infraestrutura urbana e características socioeconômicas. Os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais são analisados, compreendendo a atuação de diversos atores na cidade, como o Estado, o mercado e a própria sociedade. Para analisar essa questão operacionalmente, tais processos são considerados no contexto anterior e posterior às políticas habitacionais recentes em Campos dos Goytacazes, município da Região Norte Fluminense. Para tal, foi utilizada a pesquisa quantitativa, através da análise de dados secundários, com elaboração de indicadores referentes às dimensões estudadas e sua espacialização por meio de mapeamentos temáticos. Também foram utilizados dados primários obtidos através de questionários aplicados no bairro de Ururá. Os dados obtidos permitem concluir que antes das intervenções as desigualdades socioespaciais já eram evidentes, e que a construção dos conjuntos habitacionais realizada pelo Estado contribuiu para reforçar os mecanismos que promovem a fragmentação urbana. Além disso, existe uma complexidade na análise dos resultados das políticas habitacionais para a população envolvida, pois apesar da melhoria que o acesso à moradia proporciona, a carência de serviços públicos complementares, o rompimento das relações com o lugar de origem e a dificuldade de construir novas relações nos lugares de destino são constantes. Embora tenha sido concedido o direito à habitação, muitos destes ainda não alcançaram o direito à cidade.

Palavras-chave: cidade, segregação, fragmentação urbana, espaço social, urbanização.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Domicílios e população segundo divisão territorial em Campos dos Goytacazes – 2010.....	44
Tabela 4.1 – Situação do terreno	64
Tabela 4.2 – Destino do Esgoto	65
Tabela 4.3 – O domicílio está em uma área de risco?.....	67
Tabela 4.4 – Alguém já disse que a sua casa está em área de risco?.....	68
Tabela 4.5 – Cruzamento entre as variáveis de percepção sobre o risco.....	69
Tabela 4.6 – Cruzamento entre percepção sobre o risco e mudança de residência	69
Tabela 4.7 – Motivos da opinião sobre satisfação ou insatisfação com a casa.....	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 3.1 – Subdistritos de Campos e percentual da população total – 2010.....	43
Mapa 3.2 – Distribuição dos domicílios na área urbana de Campos – 2010.....	45
Mapa 3.3 – Domicílio com banheiro de uso exclusivo e esgoto via rede geral na área urbana de Campos – 2010.....	47
Mapa 3.4 – Domicílio com energia elétrica sem medidor na área urbana de Campos – 2010.....	48
Mapa 3.5 – Domicílio em ruas com esgoto a céu aberto na área urbana de Campos – 2010.....	53
Mapa 3.6 – Domicílio em ruas com lixo acumulado na área urbana de Campos – 2010.....	54
Mapa 3.7 – Pessoas com 10 anos ou mais alfabetizadas na área urbana de Campos – 2010.....	55
Mapa 3.8 – Rendimento médio na área urbana de Campos – 2010.....	57
Figura 3.1 – Mapas referentes às condições de infraestrutura das ruas.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I. A Localização dos Diferentes grupos Sociais no Espaço da Cidade	12
1.1. Diferenciação, segmentação e segregação: a localização dos grupos sociais no espaço	12
1.2. Fragmentação social, segregação urbana e os modelos de organização social do espaço da cidade	19
1.3. Direito à Cidade: o papel das políticas habitacionais	24
II. Desigualdades socioespaciais e intervenções no espaço urbano de Campos dos Goytacazes	28
2.1. Origens das desigualdades socioespaciais em Campos	29
2.2. Política habitacional e construção de conjuntos habitacionais em Campos	36
2.3. Intervenções atuais no espaço urbano de Campos: Estado e mercado	39
III. Organização socioespacial de Campos dos Goytacazes: antes das políticas habitacionais recentes	42
3.1. Acesso a serviços coletivos urbanos	46
3.2. Infraestrutura Urbana	49
3.3. Aspectos Sociais	54
IV. Após as políticas habitacionais: um estudo em Ururá	62
4.1. Infraestrutura domiciliar e urbana e aspectos sociais e econômicos	64
4.2. A justificativa para a política habitacional: a percepção sobre o risco	68
4.3. A percepção sobre a política habitacional	71
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

A organização socioespacial de uma cidade pode ser analisada a partir de diversos elementos da estrutura urbana, como o acesso a serviços, bens e equipamentos, condições de infraestrutura urbana, mobilidade, mas, sobretudo pelo lugar de moradia dos diferentes grupos sociais. Isso porque o lugar de moradia explica muito das condições sociais dos indivíduos e famílias e de seu acesso a oportunidades. Ao mesmo tempo, atuam sobre a organização do espaço diversos atores, como o Estado, o mercado e a própria sociedade.

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns elementos da organização socioespacial de uma cidade média do interior – como o acesso a serviços coletivos urbanos, as condições de infraestrutura urbana e aspectos sociais e econômicos da população residente – antes das intervenções urbanas na área habitacional realizadas pelo do poder público local. De forma complementar, pretende-se confrontar tal organização socioespacial com a localização dos conjuntos habitacionais e, em seguida, apresentar um estudo de caso sobre uma localidade da cidade que foi objeto desta intervenção.

O recorte espacial adotado foi a cidade de Campos dos Goytacazes, localizada na região norte do Estado do Rio de Janeiro. Esse município tem uma posição geográfica importante ligando o sul do Estado do Espírito Santo à metrópole do Rio de Janeiro. A localidade em que concentramos a investigação mais detida foi o bairro de Ururaí, que fica justamente na saída do município em direção à capital. O município aplica-se ao interesse proposto, por se tratar de área de urbanização que sofreu e vem sofrendo intervenções habitacionais nos últimos anos, e pela especificidade de ser um dos municípios que mais recebem royalties do petróleo, apresentando uma receita orçamentária per capita mais elevada que a média dos municípios do mesmo porte.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo procura tratar sobre alguns mecanismos de organização social do espaço da cidade, a partir de processos de diferenciação, segmentação e segregação social que estão relacionados à localização dos diferentes grupos sociais na cidade.

Para tanto, consideramos que há uma relação entre o espaço social e o espaço físico, tal relação pode ocorrer por mecanismos diferentes dependendo do modelo de organização social da cidade. Deve-se estender os olhares sobre a complexidade de fatores que envolvem os indivíduos na escolha do seu lugar de moradia.

O segundo capítulo traz uma abordagem sobre a formação do Norte Fluminense tendo como foco principal a cidade de Campos dos Goytacazes, tem como proposta tratar sobre as origens e natureza das desigualdades sociais em Campos no contexto do Norte Fluminense, identificando algumas características históricas sobre o crescimento e a consolidação do espaço urbano, a fim de identificar elementos que permitam compreender os atuais padrões de organização do espaço. Tais fenômenos podem ser associados aos clássicos processos de periferização, segregação e fragmentação urbana tratados nos estudos urbanos e sociológicos, embora também estejam atrelados às especificidades regionais.

O terceiro capítulo procura analisar algumas dimensões relativas à organização socioespacial da cidade, considerando o acesso a serviços coletivos urbanos, às condições de infraestrutura urbana e aos aspectos sociais e econômicos da população residente. O objetivo é fornecer alguns mecanismos empíricos a fim de compreender elementos da organização socioespacial da cidade antes das intervenções urbanas realizadas pelo do poder público local e do seu impacto social sobre a população assistida, de forma a questionar a que o poder público local deveria ter se atentado antes de implementar tais ações. Em seguida, pretende-se confrontar tal organização com a localização dos conjuntos habitacionais. Para tanto, utilizamos dados secundários a partir da sinopse de setores censitários do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, e a realização de mapeamentos temáticos através do software Arc Gis, que permitiu a espacialização dos indicadores em diversos mapas.

O quarto e último capítulo apresenta um estudo de caso pós-política habitacional, onde busca-se analisar a relação das pessoas com o lugar de moradia no bairro de Ururaí, que sofreu uma saída expressiva de pessoas de parte de seu território através de diversas remoções de famílias e,

consequentemente, destruição de suas casas. O local das remoções foi aquele denominado pela prefeitura como “área de risco”, sobretudo devido às históricas inundações no lugar. Para tal análise, foi utilizada uma pesquisa de survey empreendida pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), com os domicílios das áreas afetadas por inundações no bairro, utilizando como instrumento de pesquisa o questionário aplicado por meio de entrevista.

A ausência de políticas públicas capazes de dotar os centros urbanos com a infraestrutura necessária para atender a população que migra para as cidades, em busca de melhores condições de vida e oportunidades, também foi um elemento marcante da urbanização da cidade de Campos. Ao mesmo tempo, a organização do espaço se caracterizou pela concentração de moradias para a população de alto status socioeconômico nas áreas mais valorizadas, que correspondem ao centro e entorno da área central, enquanto os indivíduos de estratos de menor renda ocuparam predominantemente as áreas mais periféricas. Simultaneamente, vêm surgindo outras lógicas de organização do espaço da cidade com a consolidação dos condomínios fechados verticais e horizontais, que mudam a proximidade entre os diferentes grupos sociais. Para estes, há uma lógica específica do mercado, na qual a utilização capitalista da cidade interfere na produção e apropriação do espaço.

O Estado, que poderia atuar de forma a reverter o quadro de diferenciação existente, às vezes acaba contribuindo para acirrar as diferenças socioespaciais, seja concentrando recursos nos espaços urbanos elitizados, seja interferindo nas áreas mais pobres da cidade unicamente através de políticas habitacionais, desconectadas de outras políticas.

O presente estudo busca pensar criticamente sobre a formação do espaço no contexto urbano e seu impacto sobre a localização dos indivíduos e famílias na cidade. Portanto, o objeto de estudo é a organização socioespacial da cidade. A consideração a respeito das políticas habitacionais se refere apenas a um olhar sobre como os diferentes atores influenciam tal organização.

CAPÍTULO I

A Localização dos Diferentes grupos Sociais no Espaço da Cidade

Introdução

Ao analisar dimensões estruturais sobre acessibilidade, lugar, trabalho, educação, oportunidades e outros elementos do espaço urbano, confrontado, sobretudo com o lugar de moradia, é possível observar que há uma complexidade de fatores que envolvem os indivíduos na escolha ou imposição do seu habitat.

O objetivo deste capítulo é tratar sobre alguns mecanismos de organização social do espaço da cidade, a partir de processos de diferenciação, segmentação e segregação social que também possuem rebatimentos na localização dos diferentes grupos sociais na cidade. Isso significa dizer que há uma relação entre o espaço social e o espaço físico, tal relação pode ocorrer por mecanismos diferentes dependendo do modelo de organização social da cidade.

É neste contexto que os diferentes atores sociais, como o Estado, o mercado e a própria sociedade atuam, imprimindo diferentes lógicas de apropriação do espaço urbano por parte da população. As lógicas predominantes geralmente estão entre aquelas que vêem a cidade enquanto um espaço de valorização e mercantilização (como valor de troca), ou aquelas que vêem a cidade enquanto um lugar, com suas relações sociais, seus usos, suas práticas (como valor de uso), devendo pautar-se assim na perspectiva do direito à cidade.

1.1. Diferenciação, segmentação e segregação: a localização dos grupos sociais no espaço

Os atuais estudos sobre a cidade estão geralmente pautados em considerações a respeito da cidade industrial moderna, um tipo de aglomeração humana que sofreu os impactos do processo de industrialização. Embora tenha certas especificidades, a complexidade destes espaços é bastante significativa.

O processo de industrialização engendrou a problemática urbana, entre outros fatores, pelo fato de a cidade passar a fundamentar-se no valor de troca, que sobrepõe-se ao valor de uso. Esse processo de industrialização que caracteriza a sociedade moderna, também contribuiu para marcar a localização dos grupos/classes sociais, evidenciando seus contrastes, e regulamentando, assim, a divisão dos indivíduos no espaço urbano. Tem-se assim a transformação da cidade em uma arena, onde embates são travados entre diferentes segmentos sociais, principalmente no que tange à organização dos espaços físicos.

Katzman (2002) ao lançar luz sobre a diferenciação, segmentação e segregação, entende que esses processos se retroalimentam. Para este autor, a diferenciação entre os indivíduos, sociologicamente falando, é determinada principalmente pela ocupação laboral, que se estabelece a partir das transformações no mercado de trabalho. As inovações tecnológicas, que geralmente requerem maior qualificação profissional dos agentes, fazem com que os melhores empregos sejam acessados pelos já possuem certa posse de capital, reduzindo as chances dos menos qualificados de alcançar tais empregos. Argumenta o autor: “o aumento da diferenciação nas condições de trabalho entre qualificados e não qualificados se associa a uma redução das oportunidades de interação entre eles nos lugares de trabalho” (KATZMAN, 2002, p. 4).

O processo de diferenciação social pode produzir também a segmentação, sobretudo no mercado de trabalho, o que afeta a coesão social, surgindo assim estratos sociais homogêneos internamente e heterogêneos entre si, que passam a estabelecer contatos sociais frágeis. “A segmentação no mercado de trabalho incide em elementos importantes das configurações de ativos das pessoas mais afetadas por essas lacunas” (KATZMAN, 2002, p. 5).

Como os estratos se segmentam, os serviços que esses diferenciados segmentos acessam acabam seguindo a mesma lógica, ou seja, segmentam-se também. Isso significa que os serviços de saúde, educação, habitação, cultura e lazer, infraestrutura urbana, acesso a serviços coletivos etc. também sejam usufruídos de forma desigual nas diversas áreas do tecido social tendo forte incidência sobre a coesão social. Esse será o foco da pesquisa na parte empírica deste estudo.

Na medida em que há manutenção ou imposição de barreiras físicas ou simbólicas na posição e localização dos segmentos sociais, a segregação se estabelece. Portanto, a segregação corresponde a uma conjunção de fatores, como salienta Katzman (2002 p. 13): “os níveis de segregação residencial socioeconômica correspondem a uma configuração de fatores, cada um dos quais assume valores e pesos relativos diferentes em distintas cidades”.

A segregação acontece de modo que o contraste e a desigualdade afloram em determinado espaço, fazendo com os segmentos sociais se localizem em lugares distintos da cidade, ao mesmo tempo em que barreiras à interação social são reforçadas. As consequências desfavoráveis dessa descoesão social incidem, sobretudo, sobre as classes socialmente vulneráveis.

Para Castells (1983), a segregação urbana define-se pela tendência de organicidade dos espaços em estratos urbanos homogêneos sociais com disparidades não apenas sociais, mas também hierárquicas, ditando a ocupação do espaço urbano por diferentes classes, que vão residir em diferentes áreas da cidade. Ou seja, há uma correspondência entre estratificação urbana e estratificação social.

Castells (1983) afirma que o processo de distribuição dos locais de moradia segue leis que estão atreladas ao sistema capitalista. Nesse sentido, segundo Castells, a distribuição das residências evidencia a segregação espacial em que a sociedade se encontra. Nesse arranjo urbano, há um conjunto de fatores que fazem surgir grupos segmentados e segregados pela operação dos regulamentos que atuam conforme a capacidade social dos indivíduos dentro do sistema, ou seja, em função de sua renda, status profissional, nível de instrução, filiação étnica e etc. Castells (1983) afirma que “a produção de moradias é tal, na situação estudada, que, se deixada a seu próprio encargo ela não seria capaz de alojar a maioria da população das grandes cidades”. (CASTELLS, 1983 p. 228).

A dinâmica social define e redefine o espaço, produz um rearranjo que torna algo que é diferente em contraditório, pois as escolhas residenciais não são apenas escolhas locacionais, mas são baseadas/reguladas em função das necessidades sociais dos indivíduos e famílias, assim como das condições financeiras.

Ao trabalhar sobre esses mesmos processos, Villaça (2001) aponta que a formação das identidades de classes na cidade estão vinculadas ao processo de segregação urbana que favorece a formação de estratos, reforçando e aumentando ainda mais a distância social e espacial. Por causa disso, as classes heterogêneas tenderiam a se concentrar em diferentes espaços, criando uma seletividade que, através da interdependência, faz com que os indivíduos de cachos sociais semelhantes elejam com quais indivíduos de classe diferente compartilhariam um mesmo espaço nessa relação de classes (OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012).

Segundo Villaça (2001), a migração acarretou para as zonas urbanas mazelas antes existente nas zonas rurais, criando assim dois tipos bem distintos de ocupação urbana: os membros das elites ocupando as áreas mais privilegiadas, no que se diz respeito ao acesso a serviços públicos, enquanto as massas de vulneráveis sem uma escolha racional se estabelecem em zonas menos favorecidas. Essas ocupações distintas formam, assim, os bairros populares suburbanos e também os cortiços nas regiões centrais decadentes, ou os bairros periféricos distantes dos núcleos urbanos e as favelas muitas vezes incrustadas nas áreas centrais das cidades.

A questão da localização na cidade também pode ser vista a partir de Harvey (1980), quando ressalta, no seu livro “A justiça Social e a Cidade”, que as mudanças na forma espacial e os processos sociais na cidade causam uma mudança na renda real do indivíduo, fazendo com que a acessibilidade de alguns grupos sociais perpassa as oportunidades de emprego e de moradia. Ou seja, esses dois elementos da estrutura urbana – trabalho e habitação – são fundamentais para determinar as condições de acessibilidade na cidade.

Deveria ser auto-evidente que assim como mudamos a forma espacial da cidade (por relação a residências, vias de transporte, oportunidade de emprego, fonte de poluição, etc.) também mudamos o preço de acessibilidade e o custo de proximidade de qualquer moradia. Do mesmo modo, descobrimos que esses preços e custos são função de atitudes sociais da população e, como fatores psicológicos, desempenham um papel. A consideração dessas mudanças tem claramente o potencial de produzir substanciais distribuições de renda. (HARVEY, 1980 p.45).

O autor continua argumentando que o rápido crescimento das cidades resultou em algumas mudanças significativas na forma espacial, ou seja, houve

reorganização da distribuição das atividades do sistema urbano. Ele mostra, por exemplo, que a mudança de uma atividade econômica na cidade significa uma mudança na localização dos empregos, e o mesmo acontece com a mudança da atividade em relação à fixação residencial. Portanto, o emprego influi na questão de moradia.

Por essa perspectiva, observa-se que cada mudança, de trabalho ou de moradia, tem sua influência sobre a outra, pois existe uma relação intrínseca entre tais elementos. Mudanças de transporte também afetam em grande escala o custo de oportunidade de acesso ao emprego a partir da localização da moradia, formando então um ciclo dialético.

Sendo assim, grupos de menor renda têm dificuldade de encontrar emprego em zonas nobres da cidade, sobrando apenas empregos em setores de zonas decadentes da área central. Ou às vezes precisam percorrer longas distâncias para acessar empregos nos centros das cidades. As pessoas são, portanto, excluídas tanto em relação à moradia como ao transporte, dificultando o acesso à conquista de melhores empregos.

Assim, observa-se que classes mais poderosas, em termos financeiros, educacionais e de influência, estão aptas a controlar as decisões a favor do seu próprio interesse. Tendo capital financeiro e social elas adquirem condições de barganha dos bens e serviços oferecidos. Deste modo, percebemos que a desigualdade se estabelece e se reproduz.

Não obstante, podemos concluir que é teoricamente possível, pela atividade política e pela barganha, enfrentar os “mecanismos ocultos” de redistribuição da renda de modo a conseguir uma alocação equilibrada de todos os bens e serviços mistos em uma população espacialmente distribuída. Mas, podemos, também, concluir que esse objetivo somente ocorre se o processo político está tão organizado que facilita a “igualdade de barganha” entre grupos com interesse diferentes, mas internamente homogêneos. Essa condição é improvável que exista, uma análise das razões do porque, proveria uma justificativa para a hipótese esperada que o rico, geralmente, se beneficia em detrimento do pobre. (Harvey, 1980 p.61)

Nesse sentido, Tavares (2013) afirma que a localização dos diferentes grupos sociais no espaço urbano influencia o acesso a diferentes oportunidades de inserção social, educacional e ocupacional, pois acaba potencializando ou

restringindo esse acesso. Além disso, a distribuição das atividades, sobretudo as econômicas, no espaço é algo intrínseco à distribuição da população.

Segundo Bourdieu (1998), os seres humanos, do mesmo modo que as coisas, ocupam um lugar no espaço, e esse lugar é algo físico, ou seja, está cristalizado nesse espaço, onde os agentes estão posicionados sob uma graduação. “O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel)” (BOURDIEU, 1998, p.160).

Para o sociólogo francês, os agentes são constituídos pela relação com um espaço social, isto é pelo campo em que se inserem. É interessante observar que enquanto se pode definir o espaço físico pela percepção mútua das partes, o social é concernido pela exclusão mútua, ou seja, se sobrepõe às posições sociais, e isso pode ser notado na estrutura do espaço social, principalmente no espaço habitado que funciona como modo simbólico do social. Por isso afirma Bourdieu:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada, e sobretudo, dissimulada pelo efeito da naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgida da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). (1998 p.160)

Assim, o espaço social irá refletir no espaço físico determinando-o, pois há uma hierarquização do espaço físico proporcionado pela posição de cada agente, ao mesmo tempo essa localização física reforça as posições sociais. Corroborando o exposto, Harvey (1980) sugere que esse poder sobre o espaço proporcionado pelo capital se manifesta nas estruturas espaciais onde os indivíduos são distribuídos e nos serviços e bens privados ou públicos oferecidos, dentre os quais a utilização do transporte; o acesso à moradia e suas formas; a qualidade na saúde e o acesso a ela; a oportunidade de emprego e a educação.

Esse espaço social fomenta a segregação e a segmentação dos estratos sociais, conforme afirmam Bourdieu (1998) e Villaça (2001). Esses autores relatam que as áreas mais privilegiadas, no que se diz ao acesso a serviços públicos, são preenchidas pelas classes sociais hegemônicas que detêm maior

capital social enquanto os estratos sociais de menor capital social são empurrados para lugares com escassez de recursos públicos sendo isto definido na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço.

A divisão do espaço social, e conseqüentemente do espaço físico, reproduz uma hierarquização tácita nas estruturas que determinam o campo no qual os agentes podem movimentar-se. Essas estruturas sociais podem passar por uma conversão progressiva em estruturas mentais para uma parte importante do conglomerado, afirmando as distâncias sociais entre os estratos.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto a incorporação dessas estruturas, o espaço é um lugar onde o poder se afirma e se exerce e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a violência simbólica como violência despercebida (Bourdieu, 1998 p.163).

Percebemos que, Bourdieu traz a mesma ideia de Castells (1983), quando este último aborda a segregação urbana, definindo pela tendência de organicidade dos espaços em estratos urbanos hierárquicos com homogeneidade social interna e com discrepância social entre eles, mostrando que a estratificação urbana nada mais é do que estratificação social.

O domínio do espaço com uma apropriação simbólica ou concreta de bens raros – sejam esses públicos ou privados, que encontram-se distribuídos – depende do capital possuído, isto é, existe uma luta simbólica pelos melhores espaços, logicamente sai vencedor o detentor do capital, pois capital gera capital. Esse capital exclui os indesejáveis e aproxima-se de coisas ou pessoas desejáveis (meio de transporte, comunicação, emprego etc.). David Harvey aborda a relação entre capital e acesso aos equipamentos urbanos:

O desequilíbrio diferencial na forma espacial da cidade pode assim redistribuir a renda. Em geral o rico e relativamente bem remediado pode conseguir grandes benefícios, enquanto o pobre, é conseqüentemente imóvel, tem somente oportunidades restritas. Isso pode significar uma distribuição regressiva da renda, bastante substancial num sistema urbano em rápida mudança. (HARVEY, 1980, p.51).

Sendo assim, a apropriação do espaço exige não somente capital econômico e capital cultural, mas capital social que é percebido na segmentação das cidades diante da segregação dos bairros chiques e bairros estigmatizados, por exemplo.

Vale ressaltar que o conceito de renda real trabalhado por Harvey (1980) considera não apenas a renda monetária das famílias, mas justamente estas vantagens e/ou desvantagens de se estar próximo/distante dos bens, equipamentos, recursos que a cidade tem a oferecer, e é nesse sentido que o Estado poderia atuar de forma a atenuar as desigualdades socioespaciais existentes, com ações que pudessem promover essa “redistribuição da renda real”. Mas diversos autores trabalhados aqui revelam que o Estado também tem sua contribuição no processo de segregação, na medida em que não intervém na formação de grupos heterogêneos em setores espaciais.

1.2. Fragmentação social, segregação urbana e os modelos de organização social do espaço da cidade

Os estudos sobre a cidade¹ revelam que existem alguns modelos de organização social do espaço urbano. O que predominou nas grandes cidades e metrópoles brasileiras foi o modelo centro-periferia, que “passa pela perspectiva de um centro (geralmente com condições sociais, econômicas e produtivas mais amplas e diversificadas) e de uma periferia (com maiores carências dessas condições)” (TAVARES, 2013, p. 156).

Interessante notar que a segregação socioespacial nas grandes cidades manifesta-se por esta lógica, evidente nos espaços mais precários, pois muitas áreas onde estão localizados os estratos da população pobre são formadas por uma massa desordenada de casas, ruas estreitas tortuosas e sujas, e casas geralmente de um aspecto precário por fora. Caldeira (2000) expôs que “as classes da cidade vivem longe uma das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal” (CALDEIRA, 2000, p. 218).

Historicamente, os bairros onde localizavam essas residências eram geralmente desprovidos de rede esgoto, ruas calçadas, estação de água potável e transporte reforçando assim a ideia de segregação. Algumas dessas mazelas

¹ De Mattos (2002); Rodriguez (2008); Mammarella e Lago (2009) apud Tavares (2013).

são decorrências do processo da industrialização, que fez com que massas de trabalhadores vindos do campo ocupassem as habitações precárias, favorecendo a exploração do homem pelo próprio homem, tornando as pessoas coisa, objeto, fomentando e disseminando a fragmentação e segregação socioespacial.

Caldeira (2000) também argumenta que a classe média e a alta burguesia passaram a morar em lugares privilegiados, tornando-se “proprietários da cidade”, estabelecendo um padrão de segregação espacial que acentua as diferenças e separação entre as classes que passaram a morar em prédios e condomínios fechados e os que constroem suas casas através da autoconstrução.

Do mesmo modo, Engels (2008) também já havia observado mais de um século antes na realidade inglesa que a alta burguesia habitava vivendas luxuosas, ajardinadas, em grandes e confortáveis casas e em boas ruas.

A alta burguesia habita vivendas de luxos, ajardinadas (...) por onde corre o sadio ar do campo, em grandes e confortáveis casas, servidas, a cada quinze ou trinta minutos, por ônibus que se dirigem ao centro da cidade (ENGELS, 2008 p. 89).

Como podemos notar as ideias destes autores tão distantes no tempo ainda são pertinentes ao contexto atual, pois vemos habitações sofisticadas localizadas em bairros com total infraestrutura, com ruas largas, bem sinalizadas e com acesso a serviços. Em contrapartida, em alguns bairros periféricos é possível encontrar poucas ruas calçadas, às vezes com buracos, lixo acumulado; habitações precárias e com acesso limitado aos serviços. Sendo assim, os pobres concentram-se em áreas precárias e distantes na periferia; em contradição, a classe média e alta vive em bairros centrais com boa estrutura. Observa-se assim que um dos princípios que rege a organização do espaço urbano é a diferenciação social, de separação física dos grupos socialmente diferentes. Simultaneamente, os diferentes grupos sociais podem estar separados não apenas pela distância física, mas, em alguns casos, apenas por uma distância social.

Nesse sentido, o outro modelo de organização do espaço, que não necessariamente exclui o anterior, é o da proximidade física com distância social. Uma das expressões dessa forma de ordenar o espaço são os “enclaves fortificados”, analisados por Caldeira (2000), que levantou a tese sobre a “cidade

de muros”, partindo do pressuposto de que tais enclaves expressam esse processo de diferenciação dos espaços, que reforçam a segregação tanto social como espacial.

Os “enclaves fortificados ou sociais” podem ser perceptíveis observando-se as moradias, não só na questão da segregação dos estratos sociais mais empobrecidos, que ocupam uma determinada área urbana, mas também por classes sociais que se autosegregam, desfrutando de recursos e infraestrutura.

Nesse último os grupos mais abastados, os que detêm o capital econômico, social e cultural, se localizam nas melhores áreas do centro urbano, sobrando, para a classe pobre, a periferia com todas as suas mazelas físicas e simbólicas.

A abordagem feita por Caldeira (2000) sobre os diferentes grupos sociais que muitas vezes estão próximos um do outro, mas separados por muros e tecnologias de segurança, que impede a integração destes, nos ajuda a pensar essa relação existente nos espaços privatizados e monitorados, onde as pessoas se isolam das camadas mais pobres, com a justificção da violência.

Nessa linha Ribeiro (1999) preconiza que também havia na cidade do Rio de Janeiro uma forte tendência em relação à concentração das camadas sociais superiores e médias em áreas mais valorizadas, enquanto as camadas inferiores se concentram em áreas carentes de serviços e infraestrutura – evidenciando a segmentação e segregação socioespaciais, ou seja, a cidade divide-se entre centro/rico e periferia/pobre, com um alto grau de estratificação e com uma forte distância simbólica nas áreas da cidade. Entretanto, já a partir dos anos 80 cresce a extensão das áreas de concentração de pobreza no espaço da cidade, sobretudo a partir das favelas, que forçam uma proximidade espacial entre as diferentes classes. Para “resguardar-se” dessa aproximação, as classes média e alta criam mecanismos de separação, como os condomínios fechados e reforçam o discurso da criminalização da pobreza. Portanto, salienta o autor:

No novo modelo de segregação socioespacial, favelas e periferias são marcadas pela retração do antigo tecido e pela expansão de formas criminosas e perversas de sociabilidades. Tal mudança reforça a disseminação da cultura do medo, que reconstrói os significados sociais, culturais e políticos desses espaços: deixam de ser territórios de coagulação de valores e signos positivos, referências de identidades

coletivas, e passam crescentemente ao papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca enunciá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana. (RIBEIRO, 1999 p. 25).

A artimanha usada pela elite na formação da opinião pública em relação ao pobre ser um potencial criminoso é uma forma de legitimar as técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Na verdade, isso é um reflexo das diferenças sociais dos estratos, na qual os que detêm maior posse de capital econômico, social e cultural evitam manter o contato com grupos estigmatizados socialmente.

Assim, esse discurso que classifica e estigmatiza grupos sociais contribuiu para a proliferação dos enclaves fortificados sociais – condomínios fechados, distância entre favela e bairro, entre outros – produzindo uma fragmentação tanto simbólica como também física, impedindo que haja integração, justiça e solidariedade entre as classes sociais.

Portanto, o conceito de “enclaves fortificados” utilizado por Caldeira (2001) ao analisar a cidade de São Paulo, também se adapta à cidade do Rio de Janeiro, aos famigerados condomínios fechados onde as classes médias e altas residem praticamente lado a lado com os moradores dos morros cariocas, mantendo-se uma proximidade física, mas, um enorme abismo social.

É neste sentido que os “enclaves fortificados” mudam o panorama da cidade através de outra forma segregação espacial em uma escala mais reduzida, a dos próprios bairros. Como salienta Caldeira (2000, p. 258), são propriedades privadas que servem para uso coletivo de poucos, enfatizando o valor do que é privado e restrito, desvalorizando ao mesmo tempo o que é público e aberto na cidade. A apropriação do espaço por parte da população, o caráter do espaço público e principalmente as interações entre as classes sofrem significativas alterações.

Os impactos dessa fragmentação socioespacial e segregação urbana abrangem várias esferas do setor público, não só na questão das moradias, mas também no transporte, educação, saúde, emprego, etc.

Kaztman (2012) nos ajuda a compreender os efeitos desses processos sobre o tecido social de cada cidade, pois a redução de oportunidades de

contatos e interações fortalece a segregação, impactando na coesão social. Sendo assim, quanto maior o afastamento entre as classes, maior será a probabilidade de surgir figuras estereotipadas.

Conseqüentemente, para esse autor, a segregação residencial torna difícil uma empatia entre as classes, isto é, os estratos que ficam segregados residencialmente (espaço) acabam estabelecendo unicidade apenas com seus pares, ficando isolado de pessoas de distinta condição social. Essa distância, como abordado acima com Caldeira (2000), causa temor, insegurança e desconfiança devido a não comunicação entre as classes.

A fragmentação urbana também traz outros tipos de conseqüências, Kaztman (2012) fala que: “um dos determinantes mais importantes da atual segmentação dos serviços é a deserção das classes médias dos espaços públicos” (KAZTMAN, 2012, p.6). Com isso esses serviços ficam praticamente restritos aos estratos populares engendrando uma segmentação dos serviços públicos, conforme aponta Kaztman (2012) ao refletir sobre qualidade e cobertura destes. Ou seja, é um circuito de autosegregação que fortalece a fragmentação do espaço físico e social da cidade.

Portanto ocorre uma influência sobre as oportunidades de integração entre as classes sociais provocados pela ausência desses serviços, pois existe uma competição entre os serviços privados e os serviços públicos, ou seja, entre quem pode adquirir por meio do uso dos capitais (financeiro e social), e dos que não tem esse poder de compra.

A deserção das classes médias dos serviços públicos acaba fortalecendo a segregação e a segmentação, por deixar de ser mais uma voz – e, diga-se de passagem, importante para o planejamento das políticas públicas – que possa cobrar das autoridades uma melhor qualidade desses serviços. Deste modo, a mudança do público para o privado das classes mais elevadas a médio ou em longo prazo reduz o compromisso com o melhoramento dos serviços públicos para aqueles que os utilizam. Os que geralmente são assistidos pelos serviços públicos não têm poder aquisitivo e social suficiente para interpelar o Estado. Entre os diferentes agentes que atuam sobre a organização socioespacial da

cidade, é justamente o Estado que deveria atuar no sentido de promover maior justiça social e agir na perspectiva do direito à cidade.

1.3. Direito à Cidade: o papel das políticas habitacionais

Pelo exposto nas seções anteriores, a sociedade acaba se ajustando às regras de localização impostas pelo capital na sua lógica de mercado. A pergunta que se coloca é sobre o papel do Estado, pois presume-se que esta instância, que deve estar a serviço da população, deveria atuar no sentido de romper os mecanismos que alimentam a segregação urbana e promover políticas públicas, sobretudo aquelas relacionadas à moradia, que aumentem a coesão social. Para tanto, o princípio do direito à cidade é fundamental na consecução destas políticas. Para Lefebvre (2001), a cidade tem sua essência no valor de uso, não podendo ser vista como uma produção de objetos, mas uma produção e reprodução de seres humanos que se relacionam socialmente.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Portanto, compreender o direito à cidade é reconhecer a capacidade dos grupos sociais urbanos em interferir nas decisões sobre a cidade, contrapondo-se aos interesses capitalistas de expropriação do urbano, pois a cidade como obra deveria organizar-se acima de tudo pelas necessidades dos diferentes grupos que a compõem. Partimos do pressuposto de que todo cidadão tem o direito ser ator principal nas contribuições das decisões centrais de formação dos espaços urbanos da sua cidade, sendo esse direito algo universal, ou seja, não pode estar contido nas mãos de uma minoria hegemônica capitalista, fazendo com que a maioria tenha apenas uma participação coadjuvante.

Por isso, para Henri Lefebvre, o direito de usufruir a cidade é inviabilizado quando ela é tratada na perspectiva do valor de troca, construída por um capitalismo que destrói sua organicidade e suas relações sociais, ou seja, a

coesão social. Como salientado acima através de Kaztman, assim também afirma Lefebvre:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é um valor de uso e o produto um valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2008 p.12)

Trazer a cidade novamente de forma que, todos os cidadãos possam possuí-la integralmente sem que haja uma segregação, e tendo todos os indivíduos como centro de sua decisão, contribuindo decisivamente para a reconstrução dessa centralidade destruída, só será possível, segundo o autor, quando a classe operária se tornar o agente portador ou suporte social dessa realização, isto é, se tornar peça fundamental no processo da formação do espaço urbano. (LEFEBVRE, 2008 p.118).

Portanto, os cidadãos devem ser dotados da consciência de que devem usufruir dos direitos legais nas regras e leis da cidade, isto é, esse cidadão tem o direito à educação, habitação, saneamento básico, etc., então, se o cidadão é dotado dessa consciência, se inscreve para reclamar pelos seus direitos e conquistar algo que lhe é negado pelos demais agentes que atuam na organização da cidade. Dessa forma entendemos o direito à cidade como premissa fundamental para que os indivíduos possam desfrutar da cidade, tendo seus direitos garantidos.

Portanto direito à cidade é ter acesso aos bens, serviços, recursos que a cidade pode oferecer, é ter o direito de uso da cidade, é ter participação importante nos centros de suas decisões. Sendo assim, David Harvey, em Cidades Rebeldes, salienta que:

O direito à cidade é, portanto, um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar, mas de acordo com os nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre um processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p.28).

A ideia que Harvey coloca é de um poder configurador sobre o processo de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, reforçando

o sentido apresentado por Lefebvre, de que quando construímos a cidade estamos construindo a nós mesmos.

Harvey aponta que o capitalista está sempre reinvestindo o seu excedente em busca de mais capital, esse excedente é utilizado na urbanização das cidades. Essa absorção do excedente por meio da urbanização urbana acaba ocorrendo por meio de uma “destruição criativa”, ou seja, a violência é necessária para que se construa um novo mundo urbano.

Diante disso, os que estão em estado de vulnerabilidade são os que sofrem com essa investida do capitalismo. Os centros urbanos são revitalizados com a justificativa de que se realiza por uma questão ambiental e renovação urbana, sendo que, na verdade, é uma forma de não só os capitalistas estarem investindo o seu excedente, mas de expropriar os menos favorecidos.

Derrubam casas em “nome do progresso”, e essa violência é respaldada ou mesmo executada pelo próprio Estado, pois este é pressionado pelo poder financeiro que exige a remoção dos moradores pela força, pois muitas vezes tomam posse de terrenos que são ocupados por gerações de famílias que vivem ali, desfazendo o tecido social.

Como se verá nos capítulos seguintes, essa é uma observação bastante pertinente para pensarmos as políticas habitacionais no município de Campos dos Goytacazes. O discurso da ordenação urbana, da adequação ambiental, da área de risco é tomado como justificativa para ação do poder público local para efetuar a remoção de diversas famílias de seus bairros de origem. Se essa for a lógica, o Estado também contribui no processo de formação socioespacial, porém não na perspectiva do direito à cidade.

Esse tipo de procedimento impede determinados os participantes dos estratos sociais vulneráveis em usufruir da vida urbana em total plenitude, estigmatizando ainda mais os moradores das áreas pobres. Na verdade, as pessoas são removidas forçadamente, bairros são invadidos e destruídos principalmente se estão localizados próximo ao centro, com a alegação que estão em área de risco, e muitas vezes sem indenização (HARVEY, 2014, p. 54).

Essa remoção, ou melhor, expropriação dos estratos sociais em situação de vulnerabilidades, dificilmente lhes proporciona o direito à cidade, pois muitas vezes os problemas relativos à falta de acesso a serviços públicos e de mobilidade não são erradicados, são simplesmente transferidos para outro lugar permanecendo-os na mesma situação de segregação.

Em nosso atual contexto as práticas permanecem as mesmas, os capitalistas continuam apontando suas ações para a habitação e o solo urbano, fazendo com que haja uma especulação no espaço da cidade, e com isso há aumento do valor desses bens, aumentando a dificuldade das camadas mais baixas em localizar-se em espaços mais bem estruturados e proporcionando que os ricos exerçam seu domínio nos espaços da cidade.

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de maldar a cidade cada vez mais segundo suas próprias necessidades particulares e seus profundos desejos. (HARVEY, 2014 p.63)

Contrariamente à perspectiva do direito à cidade, segundo Harvey (1980), a formulação política do Estado é determinada pelos interesses de um grupo hegemônico, ou seja, o Estado trabalha para a melhoria do lugar, mas não para dar uma melhor qualidade de vida efetiva para toda a população.

Ainda segundo Harvey (1980), o espaço social acaba sendo mais organizado pela lógica de acumulação do capital monetário, fazendo com que haja desigualdade e injustiça social que podem ser observadas na localização espacial das moradias dentro das cidades.

A intervenção nesse espaço deve partir do princípio do direito à cidade, que não se refere apenas à habitação, ou seja, é ter direito à igualdade na distribuição dos benefícios urbanos, expressa o acesso às oportunidades de vida urbana. Assim Lefebvre (2008) entende que o direito à cidade é uma obra coletiva, portanto a participação e a busca pelos interesses devem ser fomentadas acima de tudo por desejos comuns.

CAPÍTULO II

Desigualdades socioespaciais e intervenções no espaço urbano de Campos dos Goytacazes

Introdução

A história das atividades econômicas da região Norte Fluminense está bastante ligada à indústria sucro-alcooleira, perpassando, nas décadas mais recentes, a dinamização decorrente da indústria do petróleo. Entretanto, a primeira, após experimentar um processo de crescimento e consolidação, hoje encontra-se em decadência, perdeu influência política e econômica para a segunda, que passou a atuar mais diretamente sobre a dinâmica econômica dessa região, especialmente nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé. Nessa linha, Totti e Pedrosa (2006) afirmam que:

Com ela iniciou-se um novo processo de criação de oportunidade e demandas na região, envolvendo uma significativa injeção de royalties para os municípios do Norte Fluminense, fomentando a atração e a consolidação de instituições de ensinos técnicos e superiores (TOTTI, PEDROSA, 2006, p.14).

O cenário de mudanças foi bastante expressivo. O perfil sucro-alcooleiro regional alterou-se para a inserção numa indústria altamente globalizada, com demandas de intensa tecnologia e pessoal qualificado. Alteraram-se ainda o setor de serviços, atividades comerciais, construção, entre outros, influenciados mesmo que indiretamente pelo setor petrolífero.

Além das mudanças nas atividades econômicas em si, dimensões simbólicas, sociais, financeiras e políticas podem ser levantadas quando se trata sobre as mudanças regionais, sobretudo se considerarmos a apropriação dos recursos transferidos por empresas e Estado para essa região, pois têm sido geridos de maneira ineficiente pelo poder público local, não contribuindo para romper as desigualdades sociais regionais (SERRA, 2006).

Desse modo, o presente capítulo tem por objetivo tratar sobre as origens e a natureza das desigualdades sociais em Campos no contexto do Norte Fluminense, identificando algumas características históricas sobre o crescimento e a consolidação do espaço urbano, a fim de identificar elementos que permitam compreender os atuais mecanismos de organização do espaço. No geral, observa-se que existem desigualdades sociais expressas no espaço, que mesmo em pleno ciclo do petróleo ainda persistem. Tais fenômenos podem ser associados aos clássicos processos de periferização, segregação e fragmentação urbana tratados nos estudos urbanos e sociológicos, embora também estejam atrelados às especificidades regionais.

2.1. Origens das desigualdades socioespaciais em Campos

Historicamente, a cidade de Campos sempre se manteve, do ponto vista prático e simbólico, como área polarizadora na região, pois possuía um maior poder de barganha através de suas elites junto ao governo nacional, podendo reivindicar benefícios e facilidades para as atividades ligadas à produção da cana de açúcar.

No meado do século XX, a região na qual a cidade de se localiza passa a ser atingida pela crise, com a desvalorização das agroindústrias açucareiras regionais no cenário nacional declinando para os demais ramos agropecuários e agroindustriais. Diante disso, era preciso que as elites locais da região do Norte Fluminense consolidassem sua condição de representante da sociedade junto ao governo nacional.

Neto (2006) e Cruz (2006) argumentam que vários fatores podem ser apontados como causa das dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias que culminou em tal crise, tais como: a intervenção do Estado nos setores açucareiro e cafeeiro, que privilegiou outras regiões do país; a hegemonia exercida por São Paulo na agroindústria açucareira nacional; a queda do preço do açúcar, o mau

gerenciamento do sistema administrativo das usinas, a falta de apoio/interesse na reestruturação tecnológica do setor na época.

As indústrias do Norte Fluminense não evoluíram, não investiram em tecnologia e conseqüentemente perderam o poder de concorrência com as de outras regiões do país, como aponta Cruz (2006): “a queda do rendimento industrial na produção de açúcar demandava organização de abastecimento de matéria-prima às fábricas, de racionalização do processo de produção agrícola e de estímulo a pesquisa canavieira” (CRUZ, 2006 p. 52).

A conjuntura de crise, no século passado, mais precisamente nos anos 70, também marca o renascimento da ideia da região norte como um elemento fundamental das ações das elites regionais engajadas na recuperação do prestígio nacional que era ostentado pela região no início de século XIX até o meado do século XX – culminando com o Proálcool, e terminando com o início da produção de petróleo na região Norte Fluminense (CRUZ, 2006).

As conseqüências sociais dessa época já foram tratadas por diversos autores: deslocamento do campo para as periferias das cidades da região, desemprego, crescimento de pobreza (SILVA; SILVA, 2013). Cruz (2006) também argumenta que o êxodo rural dos trabalhadores vindos das agroindústrias e da agropecuária levou a uma redistribuição populacional na região Norte Fluminense, principalmente na cidade de Campos. A decadência da agroindústria açucareira e esse deslocamento populacional para a cidade são importantes para compreender as próprias diferenças socioespaciais presentes no espaço urbano atualmente, como será visto nos capítulos seguintes.

A saída da população do campo em direção à cidade evidencia-se pelo aumento da população urbana de Campos dos Goytacazes nas últimas décadas do século XX: nos anos 1970 a população urbana cresceu em 27.276 pessoas; de 1980 a 1991 o crescimento absoluto foi da ordem de 121.309 habitantes; nos anos 90, o acréscimo foi de 39.510; e houve um aumento de 54.548 pessoas em sua área urbana na primeira década do século XXI, segundo os Censos Demográficos do IBGE.

Muitas famílias saíram da área rural e buscaram se estabelecer na cidade, mas nem todas conseguiram ser abarcadas no mercado de trabalho e acabaram figurando na lista de desempregados ou ocupando trabalhos informais. Ou seja, os padrões de divisão social do espaço vêm desde “o fechamento de dezena de fábricas de açúcar e álcool, que implicou em uma forte corrente migratória do campo para as cidades, com a maioria dos imigrantes integrando-se nas periferias dos núcleos urbanos” (OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012, p. 668).

Além disso, parte dessa população acabou se estabelecendo em áreas alagadiças e úmidas, que são características do município de Campos, construindo suas moradias e ocupando áreas inapropriadas, precárias, onde não conseguem acessar de maneira plena os serviços públicos oferecidos.

Com o crescimento da cidade as diferenças se acentuaram: insalubridade, vários terrenos situados em áreas pantanosas e péssimas condições de moradias da camada pobre – simbolizadas pelos cortiços. A cidade enfrentava diversos problemas de ordem sanitária, que era agravada pelas constantes enchentes do rio Paraíba do Sul. (FARIAS, 2003 apud FREITAS; FARIAS, 2011, p. 5).

Portanto, o crescimento urbano, sendo um dos aspectos a serem considerados no desenvolvimento da Região Norte Fluminense, carrega consigo algumas mazelas, isto é, a cidade nem sempre consegue absorver as demandas socioespaciais provocadas pelo crescimento populacional, provocando disputas pela apropriação do espaço urbano e/ou a extensão da malha urbana. Nesse sentido, são desencadeados alguns processos que atuam como mecanismos de organização do espaço físico e social da cidade, como a segmentação e a segregação dos indivíduos e famílias menos afortunados, podendo chegar a excluir desses um direito que deveria ser universal, ou seja, “o direito à cidade”. No geral, a população de alto status socioeconômico se estabelece em áreas mais valorizadas enquanto os indivíduos de menor renda ocupam predominantemente as áreas periféricas da cidade, experimentando as consequências desfavoráveis em relação ao acesso a bens e serviços públicos na cidade (NETO, 2006).

Enquanto ocorria esse processo, os primeiros poços de petróleo foram descobertos na década de 1970 na Região Norte Fluminense e, a partir de então, inicia-se a produção petrolífera, fazendo com que haja um processo de impulsão

na economia, transformando intensamente a dinâmica populacional, espacial e de localização das atividades produtivas, assim como nas rendas petrolíferas obtidas pelos municípios (SILVA; TAVARES, 2013). Nesta perspectiva, Piquet também descreve:

De região protegida pelo Estado-nacional desenvolvimentista brasileiro no período da agroindústria do açúcar e “fechada” por sua elite, [a região norte do Estado do Rio de Janeiro] sofre um processo de ruptura com seu passado quando da descoberta de petróleo em seu litoral. Vê-se então inserida em um mundo globalizado, complexo, rico e pouco afeito ao local. Suas lideranças veem com esperança e temor às mudanças que chegam. Esperança pelas novas perspectivas que se abriam, talvez, por pressentirem que não sendo um capital local, como na época das usinas, o controle sobre o destino regional seria um jogo mais difícil de ser jogado (PIQUET, 2003, p. 4-5).

Nesse contexto, entra em cena o município de Macaé, que se estabelece como sede das instalações para extração do petróleo na região, despontando assim como polo petrolífero. Como aponta Serra:

Sendo garantido um 1/3 deste valor (18% da parcela de 5% dos *royalties*, ou 45% das parcelas destinadas aos municípios da zona ZPP²) reservados ao município que concentrar as instalações industriais para processamento, tratamento armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural. No estado do Rio de Janeiro é a cidade de Macaé que concentra tais atividades (SERRA, 2006, p. 64).

O advento dos *royalties* e participações especiais, que começam a ser repassados às prefeituras dos municípios do Norte no início de 1987, gera uma nova disputa territorial e o surgimento de novos atores no jogo de interesses sociais para o estabelecimento do novo pacto de poder na região.

As antigas desigualdades e problemas sociais associados à pobreza e à exclusão, provocadas pela crise da agroindústria sucro-alcooleira tradicional, poderiam ser objeto de intervenção pública com a distribuição das rendas petrolíferas, o que requeria um posicionamento crítico, uma interpretação crítica das funções objetivas do uso desta renda (SERRA, 2006). Entretanto, as desigualdades espaciais e sociais continuam a serem reproduzidas na nova forma econômica que o Norte Fluminense passa a vivenciar, mesmo com o advento do petróleo.

² Zona de produção principal (ZPP) são zonas formadas pelos municípios confrontante com os poços petrolíferos e aqueles que possuem instalações de apoio à atividade de *Exploração e Produção* e *offshore*.

Isto pode ser observado, haja vista o mercado de trabalho gerado pelo setor petrolífero, por exemplo, que não abarcou a maioria dos trabalhadores provindos da indústria sucro-alcooleira, sendo estes desqualificados para tais funções, com baixíssimo nível de instrução, recompensa da herança histórica de ocupação da força de trabalho nas atividades agropecuárias e agroindustriais de baixo nível tecnológico. “A mão de obra local sofre, ainda, com a concorrência de mão de obra que vem de toda parte do Brasil e do exterior atraída pelo novo Eldorado da extração de petróleo no Norte Fluminense” (CRUZ, 2006, p. 60).

Desta forma, a abordagem em tela permite-nos presumir que as mudanças ocorridas na economia regional não proporcionaram uma alteração nos fatores que determinam e reproduzem a desigualdade social e histórica e nem impediu a dinamização do êxodo rural, como pode ser observado na abordagem de Costa ([s/d] p. 98) quando aponta que:

De certo que as despesas com gasto para a manutenção da máquina pública nestes municípios cresceram proporcionalmente aos elevados repasses dos royalties e PE, ao invés dos investimentos públicos com eventuais exceções, mantiveram-se em patamares bem inferiores e constantes, quando não decrescente (COSTA [s/d], p. 98).

Portanto, nota-se que a região mesmo com altos recursos financeiros provindo dos royalties, não consegue estabelecer uma redistribuição de renda – que poderia mesmo ser a renda real num sentido mais amplo – diversificação econômica e nem geração de emprego que seja capaz de suprir o déficit histórico. Vê-se nas indústrias do petróleo o mesmo ciclo monocultor com poder monopolista, concentrador, polarizador e seletivo que imperava nas indústrias do açúcar (CRUZ, 2006).

Além da indústria petrolífera, que já apresentou fortes impactos na região, o Norte Fluminense tem experimentado recentemente transformações socioeconômicas e espaciais, devido à implantação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú, localizado no município de São João da Barra, gerando mudança na dinâmica econômica, no mercado de trabalho e de moradias não somente no município de São da Barra, mas nos demais municípios da região, especialmente em Campos dos Goytacazes, como afirma vários autores, tais como Terra (2012); Mendes, Gomes, Siqueira (2014), dentre outros.

Terra (2012) aponta que os impactos dos empregos gerados pelo porto do Açú refletiram-se no município de São João da Barra, enquanto em Campos esse reflexo foi sentido na absorção de uma demanda derivada logicamente dos efeitos do Porto, tanto no setor de comércio e serviços quanto no setor de alojamento, alimentação e atividades imobiliárias, por ser o maior município da região e concentrar uma significativa oferta destas atividades.

De qualquer forma, ao analisarmos as perdas e ganhos que as regiões geralmente obtêm através desses investimentos, observa-se que tais atividades, tanto petrolífera como portuária, tendem a provocar consideráveis mudanças no território, passando a demandar políticas de planejamento. Além disso, Piquet (2007) faz ainda um apontamento em relação à geração de postos de trabalhos, que não acompanha a oferta de mão de obra que flui para essa região.

De acordo com Piquet (2007), quando uma cidade ou região experimenta a implantação de atividades econômicas significativas até então inexistentes e que exigem a instalação de grande infraestrutura, novos problemas se manifestam ao término das obras, nos diferentes segmentos populacionais de trabalho, pois os que têm maior qualificação conseguem se locomover mais prontamente em busca de novas atividades ocupacionais e tem ampliada a sua possibilidade de mobilidade socioespacial para locais de melhor infraestrutura, já os de menor qualificação permanecem no local, vivendo em espaços não equipados, passando a configurar os novos quadros de pobreza local. Alguns investimentos até podem ser observados nestes municípios, mas mesmo assim a infraestrutura urbana não conseguiu acompanhar as mudanças, como o crescimento do número de domicílios, a expansão urbana etc.

A autora observa a possibilidade de organizar um plano preliminar das mudanças sobre o território, sobre as atividades produtivas, a população e o emprego, que são afetados juntamente com o ambiente econômico pela chegada desses empreendimentos. Portanto, ao mesmo tempo em que gera empregos e trazem maior ganho aos cofres públicos, também estabelecem a segregação, desigualdade socioespacial e exclusão nas atividades de trabalho – pois dificulta a inserção dos menos qualificados – entre outros aspectos.

Antes da crise econômica que surgiu na região a partir de finais de 2014 – tanto a partir dos problemas referentes à gestão das atividades portuárias quanto à queda do preço do barril do petróleo e a conseqüente redução do recebimento dos royalties pelos municípios – várias previsões foram feitas sugerindo que os impactos sociais, econômicos e territoriais seriam muito grandes.

Arruda (2014) mostra, por exemplo, a partir de análise de conteúdo dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), que com a construção do Porto do Açú e Barra do Furado, criou-se uma perspectiva de que a população de Campos dos Goytacazes cresceria alarmantemente, chegando em 2025, a um total de 800 mil habitantes.

Apesar disso, o aumento populacional que Campos experimentou nos últimos anos não vem sendo tão expressivo (1,3% a.a. de 2000 a 2010), se comparado a outras cidades de porte médio do próprio interior do Estado do Rio de Janeiro, como Cabo Frio e mesmo Macaé (cerca de 4% a.a. no mesmo período). Esse aumento, segundo Tavares (2014) se deve mais a um crescimento vegetativo e não tanto à migração, como geralmente associado por jornais e blogs da região. Entre os municípios da Região Norte Fluminense e Baixada Litorânea estudados pela autora, Campos apresenta uma taxa de emigração maior que de imigração. Assim argumenta: “em Campos a saída [de população] é maior do que a entrada, gerando um saldo migratório negativo, o que significa que o município perde população pela migração, explicando a taxa de crescimento mais baixa entre os municípios selecionados” (TAVARES, 2014).

Nessa mesma linha, Givisiez e Oliveira (2012) apontam uma divergência nas projeções de crescimentos populacionais, com os processos de licenciamentos ambientais que projetaram um crescimento demográfico em Campos dos Goytacazes e São João da Barra em função dos investimentos planejados, com incremento de 750 mil habitantes em 15 anos. Os documentos que esses órgãos se baseiam, segundo os autores são imprecisos e tendenciosos.

Esses documentos não informam, por exemplo, a origem dos trabalhadores que migrariam para esses dois municípios para assumir os postos

de trabalhos oferecidos pelos empreendimentos do Complexo do Porto do Açú e os de Barra do Furado, que pudesse projetar esse crescimento populacional alarmante, na verdade, esses documentos não têm base científica.

Mesmo com o crescimento populacional acelerado ainda não tendo ocorrido, observa-se que da monocultura canavieira às atividades petrolíferas e portuárias, ainda é possível notar expressivas diferenças entre os espaços intraurbanos do município de Campos dos Goytacazes, como se verá em capítulo posterior, mostrando-nos a dificuldade de haver uma convergência entre o desenvolvimento econômico e a questão social. Provavelmente se o fluxo migratório previsto nesses documentos houvesse ocorrido, a organização socioespacial da cidade teria sofrido impactos ainda maiores.

2.2. Política habitacional e construção de conjuntos habitacionais em Campos

No que se refere à questão habitacional, que é um dos setores que influencia nos processos de (re)organização da cidade, não houve intervenções sequenciais tão significativas durante boa parte do século XX na região. No contexto nacional, segundo Arruda (2014), a centralização das políticas sociais sob o âmbito federal, entre elas a do regime habitacional, marcou a década de 1960. O Estado do Rio de Janeiro teve sua política habitacional financiada pelos recursos federais através do BNH e implementada pela CEHAB/RJ (Companhia Estadual de Habitação), que tinha como papel elaborar projetos de casas, urbanizar e fiscalizar a construção por empreiteira licenciada.

De acordo com a autora, entre 1966 e 1980 foram edificados quatro conjuntos habitacionais em Campos dos Goytacazes, sendo estes: Conjunto habitacional João XXIII em Parque Nova Brasília; Conjunto habitacional Parque Lebret em Parque Lebret; Conjunto habitacional Guadalajara em Parque Pecúria; Conjunto habitacional João Paulo II em Ururáí, num total de 1.186 unidades, para população com rendimento até cinco salários mínimos, financiado

pelo BNH e pela CEHAB. Até esse momento não havia institucionalização municipal específica para política habitacional, ficava a cargo da prefeitura apenas realizar intermediação entre o proprietário do terreno e a CEHAB que tinha responsabilidade pela construção (ARRUDA, 2014).

Esse processo só veio a ser alterado a partir promulgação da Constituição Federal de 1988, com a descentralização das políticas sociais – entre elas, a habitação – que ficaram a cargo dos estados e municípios. Estas instâncias também precisaram se adequar para que fosse possível a formulação e a implementação de ações adequadas às necessidades locais, visto que até este período não havia previsão de recursos para a área habitacional na esfera municipal (ARRUDA, 2014).

“A partir de 1989 tem início uma sistematização da gestão local para atender às necessidades habitacionais do município” (ARRUDA, 2014, p. 103), com a criação Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social (atualmente nomeada Secretaria Municipal da Família e Assistência Social) e também, a partir de 1991, com a criação da Secretaria de Obras e Urbanismo e da Empresa Municipal de Habitação e Saneamento (EMHAB).

Nos anos 90, houve algumas intervenções municipais com o programa Pode entrar que a casa é sua, que teve como objetivo construção de vilas para doação à família em situações emergenciais. “Com pouco recurso o programa foi desativado em 1994” (ARRUDA, 2014, p. 104), voltando a funcionar a partir de 1999, agora com apoio do governo federal e estadual.

Com o apoio do governo federal nesse período, foram construídos dois conjuntos habitacionais com 59 unidades, já no âmbito estadual também o município de Campos obteve cooperação para edificação de dois conjuntos em 2001, sendo isto ocorrido pela primeira vez de acordo com Arruda (2012), sendo estes com mais unidades habitacionais, 400 em casas em parque Aldeia e 300 em no loteamento em Novo Eldorado.

Outras intervenções ocorreram até início do século XXI, tanto com apoio do governo Federal, da Caixa Econômica e do programa Habitar Brasil, como recursos provenientes do Estado, no geral em áreas periféricas da cidade.

Campos dos Goytacazes passa a alcançar em 2001, autonomia econômica para produção de suas políticas sociais, a partir dos recursos advindos dos royalties; esse tipo de aporte financeiro deixou o governo municipal numa situação bastante confortável no que tange a investimento em diversos setores econômicos e sociais do município, esses recursos deram ao governo municipal capacidade de executar ações de políticas sociais sem que precisasse firmar parcerias com outras esferas de governamentais (ARRUDA, 2014; OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012).

Corroborando com essa linha, Arruda (2014) argumenta que este tipo de ação afastou as possibilidades de promoção federal ou estadual em território campista, dificultando a formação de parcerias com outros órgãos governamentais, estabelecendo assim, competição entre os órgãos e não cooperação.

A partir de 2005 a prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes deu início a uma nova fase de investimentos nas questões habitacionais, passando a realizá-los com seus próprios recursos. Portanto, a partir desse momento os programas habitacionais usados pela prefeitura de Campos deixaram de utilizar o endividamento das famílias contempladas, pois no primeiro momento as unidades habitacionais eram para população com rendimento de até cinco salários mínimos.

As habitações são entregues sem ônus financeiro aos beneficiários em regime de comodato, que após cinco anos de efetiva ocupação do imóvel, é expedida a posse definitiva. É importante lembrar que a realização desse programa só foi possível através dos recursos advindos do petróleo, ou seja, dos royalties e participações especiais (MENDES; CASSAB, 2013; OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012, p. 667). Segundo Arruda (2014), mesmo com as descontinuidades políticas, “a produção habitacional se manteve, e o município construiu, por meio do programa Pode entrar que a casa é sua, dez conjuntos habitacionais entre os anos 2002 e 2008” (ARRUDA, 2014, p. 105).

Então, “com o aumento desses recursos [royalties] em 2010 à prefeitura criou o programa habitacional Morar Feliz, a fim de enfrentar os problemas dos

moradores atingidos por enchentes e residente às margens de rodovias e estradas” (MENDES; CASSAB, 2013 p. 6). Arruda (2014) também aponta que o programa Morar Feliz tem como objetivo o reassentamento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, moradores de área de risco e aqueles que estão no aluguel social.

Essas casas são destinadas às pessoas que sofreram com as inundações dos últimos anos e que encontram-se em área de risco, com a intenção de não somente dar casa, mas melhorar as condições de vida dos moradores assistidos. Na seção a seguir, trataremos sobre as intervenções mais recentes do poder público na área habitacional ao mesmo tempo em que há atuação do mercado imobiliário. Já no capítulo seguinte, voltaremos a tratar sobre essa política, confrontando sua localização com a organização socioespacial da cidade.

2.3. Intervenções atuais no espaço urbano de Campos: Estado e mercado

Portanto, diante das desigualdades sociais e espaciais, “o Estado é visto como agente político e econômico capaz de conduzir projetos de desenvolvimento que resultem não apenas na expansão do produto e do emprego, mas que também busque superar desequilíbrios espaciais” (PIQUET, 2007 p. 16). Neste mesmo sentido, os autores Mendes, Gomes e Siqueira (2014) apontam o Estado atuando na produção e distribuição de moradias para as camadas de baixa renda, e esta atuação ocorre de maneira a cumprir um dever constitucional ou servindo como um atenuador de conflitos gerados pelo diferentes agentes espaciais.

Segundo argumentos de Arruda (2014), é possível observar que se estabelecem certas intervenções econômicas, políticas e ambientais, da ordem de políticas públicas realizadas na região, sob essa justificativa, como a expectativa gerada em torno dos programas habitacionais. Entretanto, tais políticas que estão sendo executadas pelos governos municipais acabam contribuindo para que haja segregação socioespacial em municípios de médio e pequeno porte, haja vista o

que acontece na cidade de Campos dos Goytacazes em relação à política habitacional.

Intervenções dessa magnitude, tanto por parte do poder público como por parte das iniciativas de mercado, embora possam estabelecer ações sociais na área de habitação, também podem levar a um aumento dos preços de imóveis e do solo urbano, intensificar a especulação imobiliária, aumentar a periferização, deflagrar processos de mudanças estruturais, estabelecer enclaves sociais, econômicos e espaciais

Além das intervenções do poder público, observa-se recentemente em Campos dos Goytacazes a chegada de empreendedoras urbanizadoras para as camadas de alto poder aquisitivo. Em contraponto, o poder municipal atua em políticas sociais na área urbana em favor das camadas populares, porém nas áreas mais carentes da cidade, nem sempre levando a infraestrutura necessária. Partindo desse pressuposto podemos observar os efeitos que as novas dinâmicas do mercado imobiliário vêm causando na organização socioespacial da cidade de Campos reforçando a segregação e mudando a divisão social da cidade.

Sendo assim, a cidade de Campos passa por uma dupla atuação na área habitacional, uma vez que, de um lado, há diversas empresas do setor habitacional trabalhando em áreas bem servidas de infraestrutura, onde se localizam as classes médias altas e, do outro, espaços ocupados por indivíduos trabalhadores pobres, desprovidos de serviços públicos e de acesso à infraestrutura básica e onde o Estado ainda insere mais habitações e pessoas para disputar os recursos escassos. Demonstrando que as benfeitorias exercidas pelo poder público beneficiam as áreas já consolidadas e não ao contrário.

Se, de um lado, temos a formação de favelas ou aglomerados subnormais e loteamentos clandestinos, por outro, é possível perceber na cidade de Campos a propagação de condomínios residenciais privados, segregados pela busca de segurança em meio ao discurso da violência urbana, remodelando o cenário urbano da cidade.

Como visto anteriormente, esses condomínios fechados estabelecem um “novo padrão de segregação urbana, baseado na criação de enclaves fortificados

que representa o lado complementar da privação de segurança e transformação das concepções do público” (CALDEIRA, 2001 p. 11). Em Campos, esses residenciais se localizam em torno de uma nova centralidade urbana na região da Pelinca, onde predominam os condomínios verticais, ou em área de potencial expansão urbana, algumas destas localizadas em terrenos pertencentes às antigas usinas de açúcar.

Conforme relata Freitas e Farias (2011), o processo de urbanização em Campos dos Goytacazes ocorre de maneira desigual, pois a produção de moradia para as classes que exercem o controle financeiro e social são construídas em locais já anteriormente estruturados, enquanto as moradias dos menos afortunados – mesmo as que são fornecidas pela prefeitura – localizam-se em áreas periféricas longe do centro da cidade e desprovidas dos serviços públicos.

Portanto a cidade de Campos, assim como outras cidades de porte médio, acaba sendo configurada por uma múltipla segregação, as áreas mais periféricas excluídas de bens e serviços públicos tais como opções de lazer, postos de saúde, estabelecimentos educacionais, transporte e outros, que corroboram ao mesmo tempo para uma ideologia da violência e insegurança; e áreas já consolidadas na cidade que abrigam as classes mais abastadas. Ao mesmo tempo, surge uma nova organização da cidade baseada, sobretudo, na autossegregação em condomínio fechados de classe média e alta que buscam segurança e exclusividade.

Segundo Lefebvre (2008, p. 22): “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no nível ideológico e político) no modo de viver, dos ‘padrões’ que coexistem a cidade”.

Entretanto, a segregação acaba promovendo a destruição da urbanidade, fomentando a separação e anulando o papel da cidade como lugar de convivência, impedindo os indivíduos menos favorecidos de usufruir o direito à cidade em sua plenitude, causando prejuízos ao exercício da cidadania e à apropriação da cidade, fragmentando o tecido urbano.

CAPÍTULO III

Organização socioespacial de Campos dos Goytacazes: antes das políticas habitacionais recentes

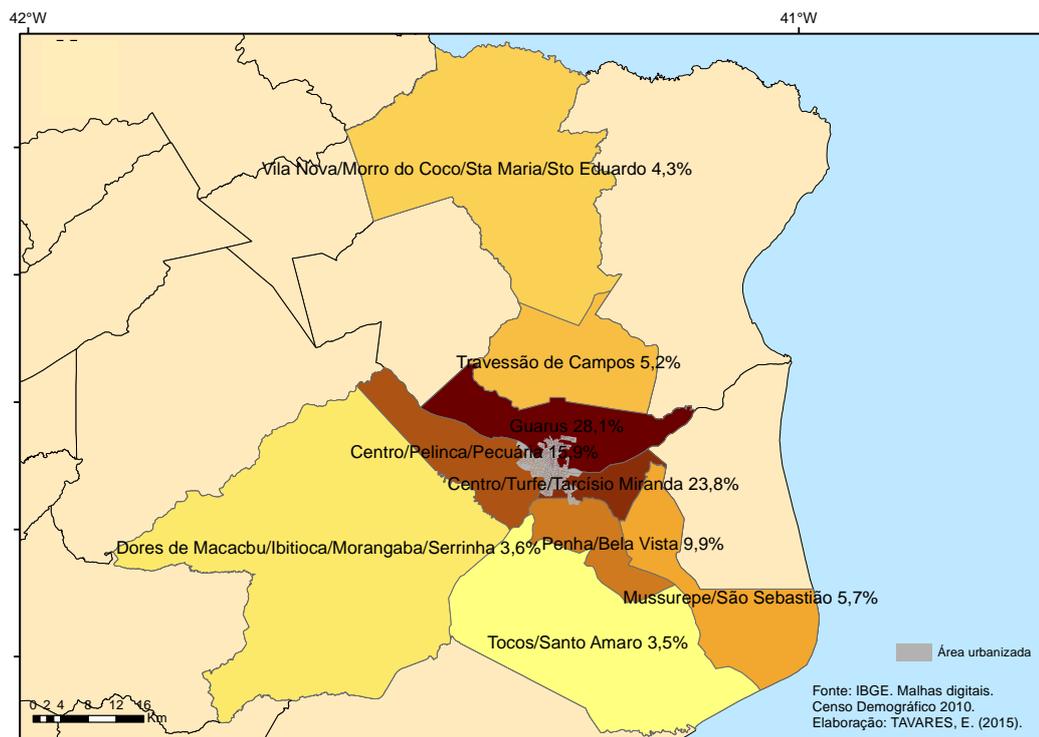
Introdução

O município de Campos dos Goytacazes como acima abordado é o maior, em extensão territorial, do Estado do Rio de Janeiro e um dos principais centros do poder político e econômico do interior do Estado, é também um dos maiores recebedores de royalties e participações especiais, em virtude da exploração de petróleo na Bacia de Campos. As transformações econômicas das últimas décadas, como visto, alteraram significativamente a localização dos diferentes sociais no espaço da cidade.

A maioria da população de Campos se encontra em áreas urbanas, cerca de 90%, fruto da própria migração interna e do crescimento populacional ao longo das décadas, o que contribui para compreender como o município vem sofrendo mudanças na organização socioespacial e nas condições de infraestrutura urbana. Como veremos, em algumas áreas de ocupação mais recente, a infraestrutura não conseguiu acompanhar o crescimento da mancha urbana do município.

Através do mapa 3.1, pode-se notar a extensão territorial do município e a localização da área urbanizada, onde concentraremos nosso estudo. Essa área não alcança os subdistritos rurais, mas ocupa, na verdade, o centro da junção do primeiro ao quarto subdistrito.

Mapa 3.1 – Subdistritos de Campos e percentual da população total – 2010



Vale ressaltar que os domicílios considerados neste estudo se referem apenas aos domicílios particulares permanentes³, que são a maioria. A definição de bairro⁴ utilizada aqui também é baseada na divisão por setores censitários do IBGE, que nem sempre corresponde à compreensão ou percepção de bairro da população residente. Entretanto, é possível verificar que se aproxima bastante.

O número de domicílios que estaremos considerando nesse estudo é de 86.654, de um total de 142.416, portanto 61% dos domicílios do município. Em tais domicílios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 276.756 pessoas, correspondendo a 60% da população total do município.

³ Domicílios particulares permanentes não incluem os domicílios particulares improvisados nem os domicílios coletivos. Isso explica a pequena diferença no total de domicílios que consta nas publicações e estatísticas oficiais gerais.

⁴ Algumas alterações na mancha urbana foram realizadas para nos aproximarmos desse recorte, conforme os objetivos do estudo.

Tabela 3.1 – Domicílios e população segundo divisão territorial em Campos dos Goytacazes – 2010

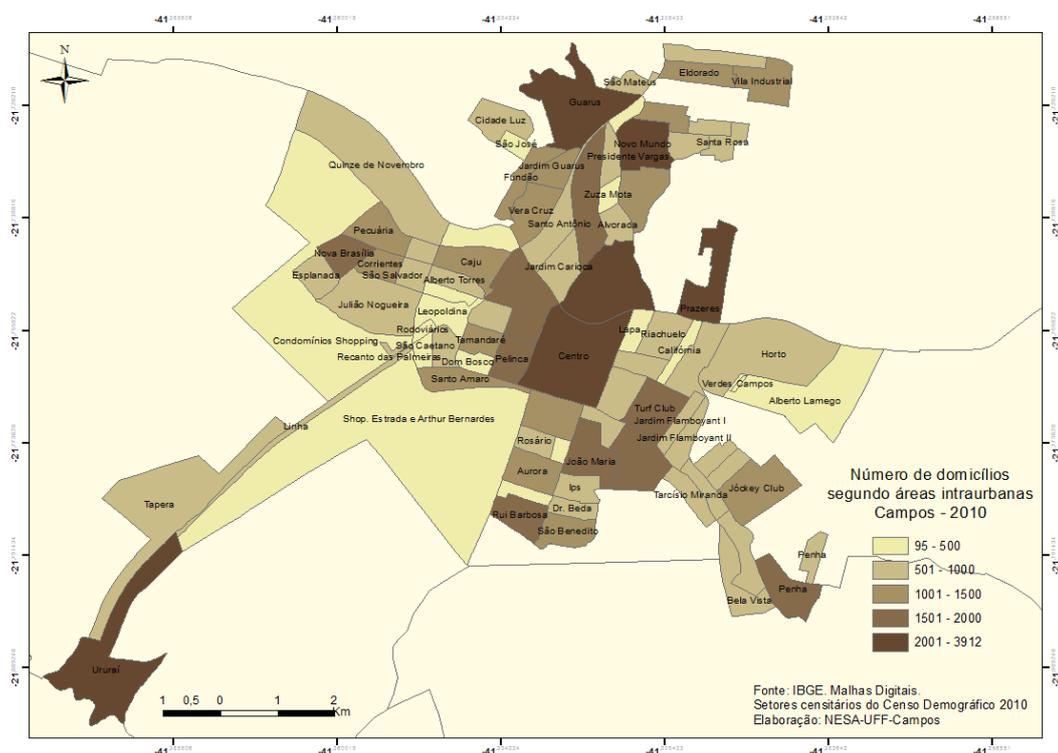
Áreas	Domicílios	(%)	População	(%)
Área urbanizada	86.654	61%	276.756	60%
Distritos urbanos	24.675	17%	84.361	18%
Demais distritos	31.087	22%	100.258	22%
Total Geral	142.416	100%	461.375	100%

Fonte: Sinopse de setores censitários do censo Demográfico de 2010.

A distribuição dos domicílios nos bairros da área urbana de Campos é relativamente dispersa, não se observa uma concentração elevada apenas em uma determinada região do município, pois os domicílios se espalham por vários bairros, conforme podemos verificar no mapa 3.2. Apesar dessa dispersão, é interessante observar que na área do centro e em alguns bairros do Subdistrito 3, correspondente a Guarus, há um número mais elevado de domicílios, assim como na localidade de Uruaí, onde concentraremos o estudo de caso.

Nas seções seguintes, analisaremos algumas dimensões relativas ao acesso a serviços coletivos urbanos, às condições de infraestrutura urbana e aos aspectos sociais e econômicos da população residente. O objetivo desta parte é fornecer alguns mecanismos empíricos a fim de compreender alguns elementos da organização socioespacial da cidade antes das intervenções urbanas realizadas pelo do poder público local e do seu impacto social sobre a população assistida, de forma a pensar a que o poder público local deveria ter se atentado antes de implementar tais ações. Em seguida, pretende-se confrontar tal organização com a localização dos conjuntos habitacionais. Como visto, o município de Campos dos Goytacazes vem sofrendo processos de intervenção habitacional em seu território, com a construção de conjuntos habitacionais populares construídos pela Prefeitura Municipal, que venham servir como instrumentos para que famílias possam sair de áreas de riscos, com margem de rodovias, encostas, e áreas que sofrem com inundações etc.

Mapa 3.2 – Distribuição dos domicílios na área urbana de Campos – 2010



Ao falarmos da organização social da cidade e tratarmos os diferentes bairros urbanos de Campos, pretende-se uma análise relacional e não substancialista, como afirma Bourdieu, “não se pode romper com as falsas evidências e com erro inscrito no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. (BOURDIEU, 1998 p. 161). Ou seja, a distribuição desigual dos recursos coletivos urbanos na cidade decorre de processos sociais e espaciais que implicam possessão e despossessão dos indivíduos ou grupos sociais no território” (RIBEIRO et al, 2014). Portanto, o objetivo é analisar o lugar na relação existente com os demais lugares.

A metodologia utilizada aqui será a análise de dados secundários a partir da sinopse de setores censitários do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Os procedimentos adotados foram a realização de mapeamentos temáticos através

do software Arc Gis, que permitiram a espacialização dos indicadores em diversos mapas⁵.

3.1. Acesso a serviços coletivos urbanos

O acesso aos serviços como água, energia elétrica, esgoto, entre outros, é um direito universal, isto é, todos os seres humanos têm – ou deveriam ter – o mesmo direito de poder usufruir de tais serviços, garantindo assim o direito à cidade. Por isso a importância do Estado em proporcionar serviços que atendam todas as classes, independentemente do grau de capital social e econômico.

Sendo assim o Estado deve exercer seu papel de agente organizador do espaço urbano de forma justa, isto é, sendo imparcial, atendendo todos os níveis de classes, não tendendo aos interesses de grupos hegemônicos, como aqueles detentores de maior capital econômico ou os agentes de mercado, mas atendendo aqueles que não têm um poder elevado de barganha, promovendo assim a justiça social.

Essa indicação é importante, pois se sabe que as camadas de maior status socioeconômico exercem um poder controlador sobre os aparelhos do Estado pela produção de infraestrutura, e esta tende a acompanhar a direção do deslocamento das camadas de maior status socioeconômico, sugerindo a manutenção de forças sociais que sustentam e ampliam as desigualdades socioespaciais no território.

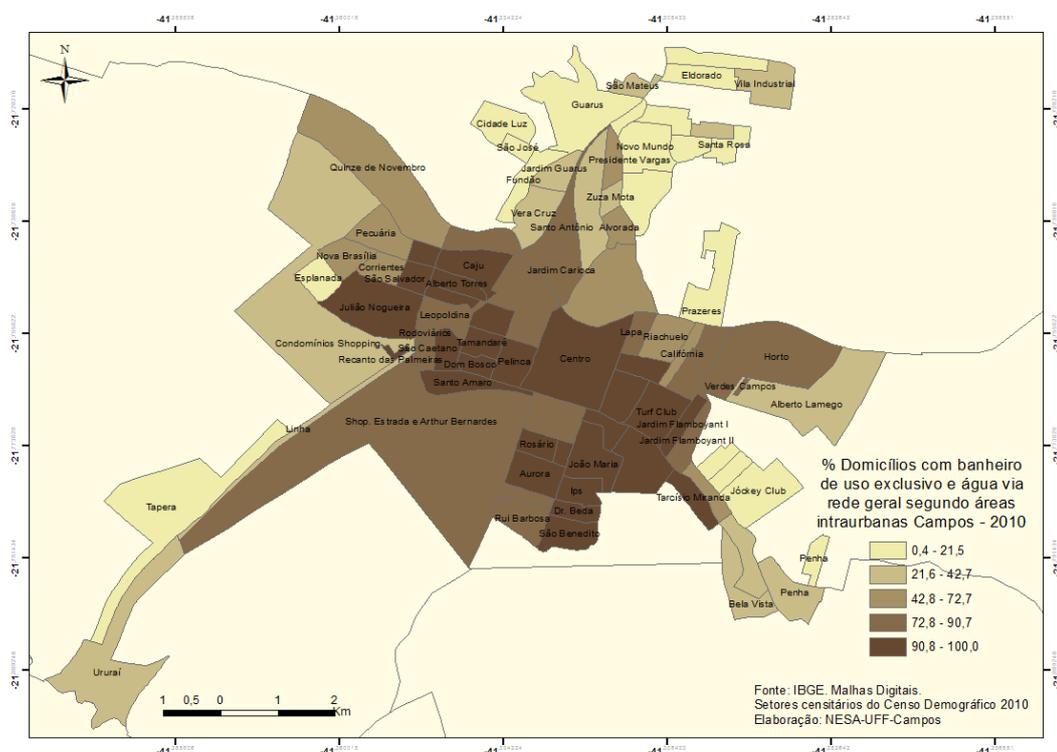
Tal observação também aplica-se ao território campista, embora nesta cidade haja uma relativa heterogeneidade na distribuição espacial da população, segundo algumas condições socioeconômicas, como se verá.

Sendo assim, ao analisamos alguns aspectos de serviços domiciliares do município de Campos dos Goytacazes, observa-se que, no que se refere à presença de banheiro de uso exclusivo do domicílio e esgotamento sanitário via

⁵ Vale ressaltar que os intervalos utilizados nas legendas dos mapas não seguem intervalos de classes pré-definidos, mas trabalha com o mecanismo de “quebra natural”, quando o próprio software, no caso o Arc Gis 10.3, identifica os intervalos segundo a própria distribuição dos dados, sugerindo a formação de agrupamentos (*cluster*).

rede geral de esgoto, a maior parte dos bairros possui mais de 70% dos domicílios que atendem satisfatoriamente essa condição. Entretanto, esse comportamento mais homogêneo na parte mais central da cidade não é observado nos limites dessa mancha urbana, onde alguns bairros (áreas mais claras do mapa 3.3) chegam a ter apenas até 21,5% de domicílios nessa condição apenas, como vários bairros do distrito de Guarus, uma área de expansão do bairro da Penha, a localidade de Tapera, e o Parque Esplanada. O que mais pesa nesse indicador na verdade é o esgotamento sanitário inadequado, e vale ressaltar que essas áreas com precariedade dessas dimensões correspondem exatamente aos espaços onde foram construídos os conjuntos habitacionais pela prefeitura de Campos, posteriormente à coleta dessa informação – o que demonstra a dificuldade que deve ter ocorrido com a chegada de mais famílias a esses espaços.

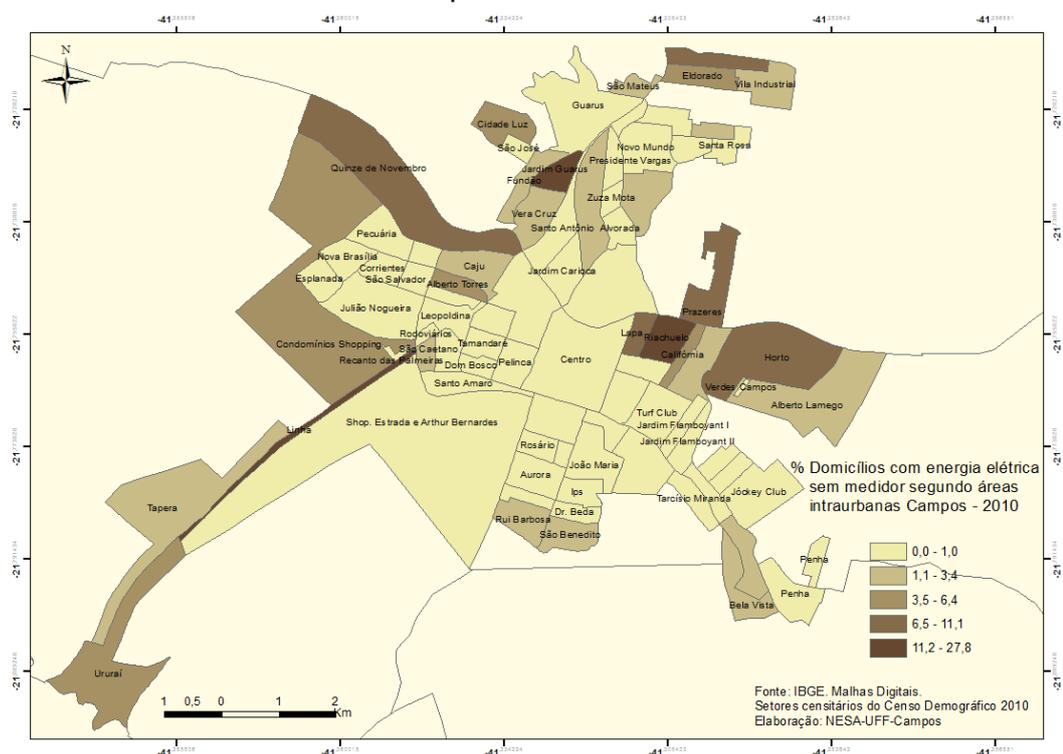
Mapa 3.3 – Domicílio com banheiro de uso exclusivo e esgoto⁶ via rede geral na área urbana de Campos – 20 10



⁶ Nota: no interior do mapa, onde se lê “água via rede geral”, leia-se “esgoto via rede geral”, pois a informação refere-se efetivamente a esgoto.

O acesso à energia elétrica por parte dos domicílios é bastante amplo, no geral, as diferenças são bastante reduzidas, pois em quase todos os bairros o percentual de domicílios com acesso à luz é elevado. Entretanto, ao serem questionados sobre a presença de medidor do consumo de energia, embora o máximo alcançado seja de um bairro com 27,8% dos domicílios sem medidor, nota-se que os bairros com a ausência do serviço adequado também estão nas áreas mais periféricas. No vetor sul do município, onde fica o eixo da BR 101 em direção ao Rio de Janeiro, por exemplo, se encontrava a localidade da Margem da Linha que segue até o bairro de Ururáí. Essa área já sofreu um processo de remoção de famílias, por ser considerada área de risco, e era um dos bairros com maior percentual de residências sem medidor de energia (mapa 3.4).

Mapa 3.4 – Domicílio com energia elétrica sem medidor na área urbana de Campos – 2010



Vale lembrar que esse serviço, entre outros serviços domiciliares, é diretamente acessado via mercado, o que pode ser considerado uma dificuldade para famílias que já sofrem com outros tipos de vulnerabilidade. Aliás, em outras pesquisas sobre os conjuntos habitacionais (ARRUDA, 2014), já foi constatado

que os moradores que foram realojados revelam dificuldades em se inserir na “cidade legal”, devido à remoção e à dificuldade de locomoção/transporte no território, entre outros fatores, muitos tiveram perda de renda ao mesmo tempo em que passaram a ter contas para pagar – o que sobrecarregou o orçamento familiar.

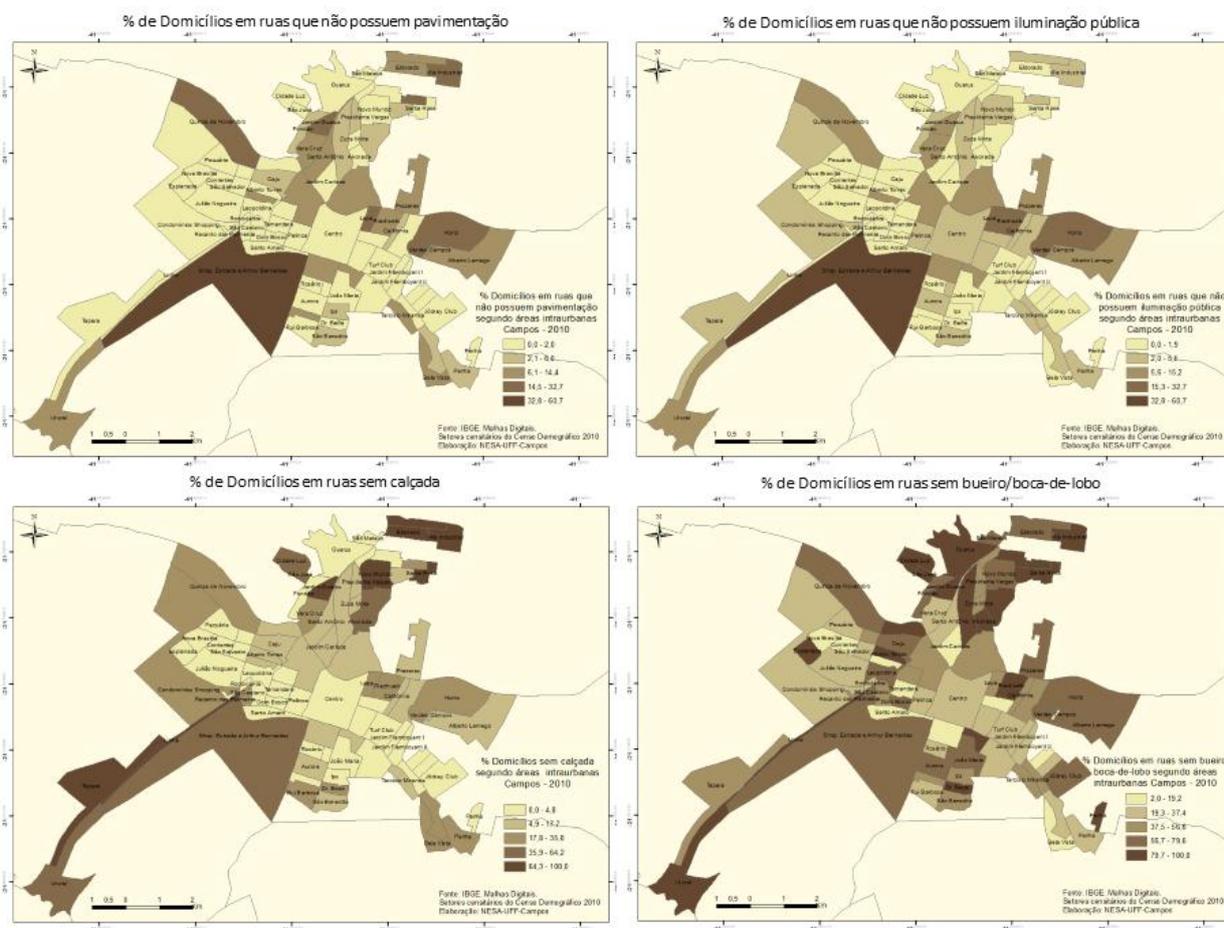
Portanto, durante muito tempo, o Estado, através do poder público local, permitiu que os moradores vivessem em uma “cidade informal” e, repentinamente, os inserem em um novo bairro com exigências de vinculação à “cidade legal”, para a qual não lhes oferecem as condições adequadas de reprodução social. O que exigiria a complementação do acesso à habitação com outras políticas públicas como de trabalho e renda, educação, transporte etc.

3.2. Infraestrutura Urbana

Outra dimensão a ser analisada é a que se refere à infraestrutura urbana, aqui não estamos considerando tanto a dimensão domiciliar em si, que corresponde mais as estratégias e condições das famílias em garantir o acesso a alguns serviços dentro do domicílio, como visto no item anterior. Esse tópico visa tomar alguns elementos daquilo que Ribeiro et al (2014) denomina de bem-estar urbano, visto que “são recursos que não dependem da ação isolada das pessoas para que sejam adquiridos. São recursos que são adquiridos de forma coletiva e que contribuem para melhoria das condições de vida na cidade”. Em boa medida, são recursos provenientes da ação do Estado na cidade.

Sendo assim, em relação à infraestrutura urbana das ruas, como consta na figura 3.1, observa-se que na maioria dos bairros há pavimentação, mostrando que nos últimos anos o município de Campos tem investido em infraestrutura, tanto em áreas de alto padrão habitada por uma população de maior poder aquisitivo, quanto em áreas onde se localizam grupos sociais menos favorecidos das populações de baixa renda, tornando esse tipo de investimento menos polarizado.

Figura 3.1 – Mapas referentes às condições de infraestrutura das ruas – 2010



Entre as ferramentas que vêm sendo usadas pela prefeitura de Campos para atenuar a polarização entre os estratos, encontra-se o Programa Bairro Legal, que é uma política pública urbana que visa beneficiar moradores de diversos bairros da cidade com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, visando à regularização dos mesmos do ponto de vista urbanístico e fundiário dos vários loteamentos irregulares existentes, através de obras de infraestrutura urbana. Tais ações são realizadas pela prefeitura, através da secretaria de Obras e Urbanismo, contando com drenagem de águas pluviais, rede de água, tratamento de esgoto, urbanização, pavimentação, mobilidade, entre outras melhorias.

Alguns bairros da cidade foram contemplados, tais como: Ururáí, Penha, Parque Eldorado, Novo Eldorado, entre outros, com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população em bairros com pouca infraestrutura que, a partir

das obras, restariam dotados de melhor situação. Tais iniciativas vão ao encontro do que Terra (2007) já afirmava:

(...) investimentos públicos ao longo das três gestões municipais tornaram a distribuição da riqueza mais progressiva (menos concentrada), privilegiando áreas onde a concentração de famílias de baixo status econômico é alto, ou mais regressiva (mais concentrada), por meio de investimentos em área onde predominam grupos de alto status econômico (TERRA, 2007 p.116).

Portanto, o investimento em algumas condições de infraestrutura foi realizado, porém, ao mesmo tempo, vários moradores relatam problemas em relação à execução das obras, partes não concluídas e serviços malfeitos, como na própria localidade de Ururaí, que trataremos no capítulo seguinte.

A análise sobre os domicílios dos bairros urbanos de Campos, em relação a suas ruas pavimentadas, mostra que a maioria dos bairros tem uma taxa pequena de não pavimentação. A exceção fica para uma grande área correspondente à chegada na cidade para quem vem da capital, é a área do Shopping Estrada e Avenida Arthur Bernardes, com um número de residências bem reduzido diante da sua extensão, e também parece estar consolidando-se como área de expansão nos anos posteriores à informação coletada.

Vale destacar a valorização fundiária onde o Shopping Boulevard está localizado, causando um aceleração do processo de ocupação (MENDES; GOMES e SIQUEIRA, 2014). Observa-se a aproximação dos residenciais privados e grandes empreendimentos a esta região, por exemplo, ao mesmo tempo em que também estão localizados próximos a uma área de aglomerados subnormais, acirrando a disputa pelo espaço. A lógica de organização do espaço que predomina nesse caso, como visto na abordagem teórica do capítulo anterior, é a da proximidade espacial, porém com a manutenção distância social.

Quando se trata de domicílios em ruas que não possuem iluminação pública, vemos que boa parte dos bairros estão em condições favoráveis, não havendo tamanha diferença entre as áreas centrais e as áreas mais periféricas.

A exceção mais uma vez está para a área de expansão do Shopping Estrada/Arthur Bernardes. Vale ressaltar também que os bairros Horto, Califórnia, Riachuelo e Lapa, apresentam em seu espaço a presença de favelas próximas ao Rio Paraíba do Sul e ao próprio centro da cidade. A precariedade de infraestrutura

urbana e outras dimensões nesses espaços coloca tais bairros com indicadores desfavoráveis em relação ao resto da cidade, embora também apresentem concentração de diversas famílias com alto poder aquisitivo, como nos condomínios fechados no Horto, próximo a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que também tem se constituído em uma área de expansão urbana do município de Campos. Observações como essas podem sugerir uma heterogeneidade social na ocupação do município, uma vez que há bairros com mistura de diferentes grupos sociais.

Ainda sobre as condições das ruas que estão sintetizadas nos mapas da figura 3.1, observa-se que, no que se refere à presença de calçadas no geral, a área mais central tem uma estrutura melhor em relação às demais áreas do município, visto que mais uma vez são as áreas mais distantes do centro (eixo sul em direção ao Rio de Janeiro e eixo norte em direção ao Espírito Santo) que possuem maior percentual de domicílios em ruas sem calçada.

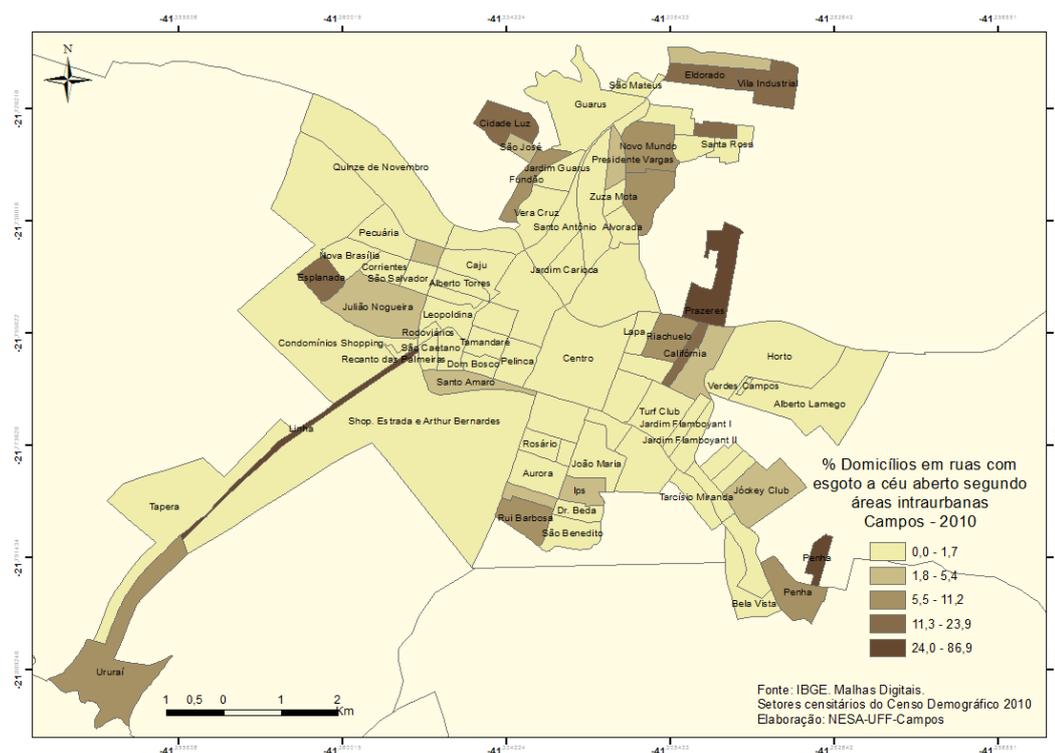
Ao analisarmos o último mapa da figura 3.1, notamos um dado intrigante, pois verifica-se que muitos bairros têm uma quantidade expressiva de domicílios em ruas sem bueiro ou boca-de-lobo, com bairros chegando entre 57% a 100% de domicílios em ruas nessas condições. Isto mostra que, além da necessidade de maior investimento pelos órgãos públicos em relação a esse problema, sem os bueiros/boca de lobo, os domicílios ficam vulneráveis a sofrerem inundações, com água de chuvas, pois as águas não tendo para onde escoar se represam nos quintais dos domicílios e nas ruas, dificultando a movimentação dos indivíduos e lhes causando enormes prejuízos, como, perda de bens materiais e até mesmo causando problemas de saúde. Verifica-se ainda uma contradição, pois muitas famílias foram removidas de seus bairros de origem por serem considerados como áreas de risco, entretanto, muitos conjuntos habitacionais foram para áreas carentes de infraestrutura de escoamento das águas, podendo gerar novos problemas. Fica a questão a saber se o poder público local realizou os serviços necessários nessas áreas de forma a contemplar os que ali já residiam e os novos moradores recém-chegados.

Além dos indicadores de infraestrutura urbana referente às condições das ruas, selecionamos ainda o dado referente à presença de esgoto a céu aberto e

lixo acumulado no entorno dos domicílios, que constam respectivamente nos mapas 3.5 e 3.6.

Em relação aos domicílios em ruas com esgoto a céu aberto, a maior parte dos bairros do município de Campos dos Goytacazes aparece com taxas entre 0% e 1,7% (mapa 5), demonstrando que nessa dimensão de caráter mais ambiental, os bairros de Campos são mais semelhantes no geral e estão em condições melhores. Mas se direcionarmos nossos olhares para alguns bairros que apresentam taxas mais elevadas, destacam-se bairros como Penha, Eldorado, Parque Prazeres, Esplanada, Margem da Linha, Tapera, Ururáí.

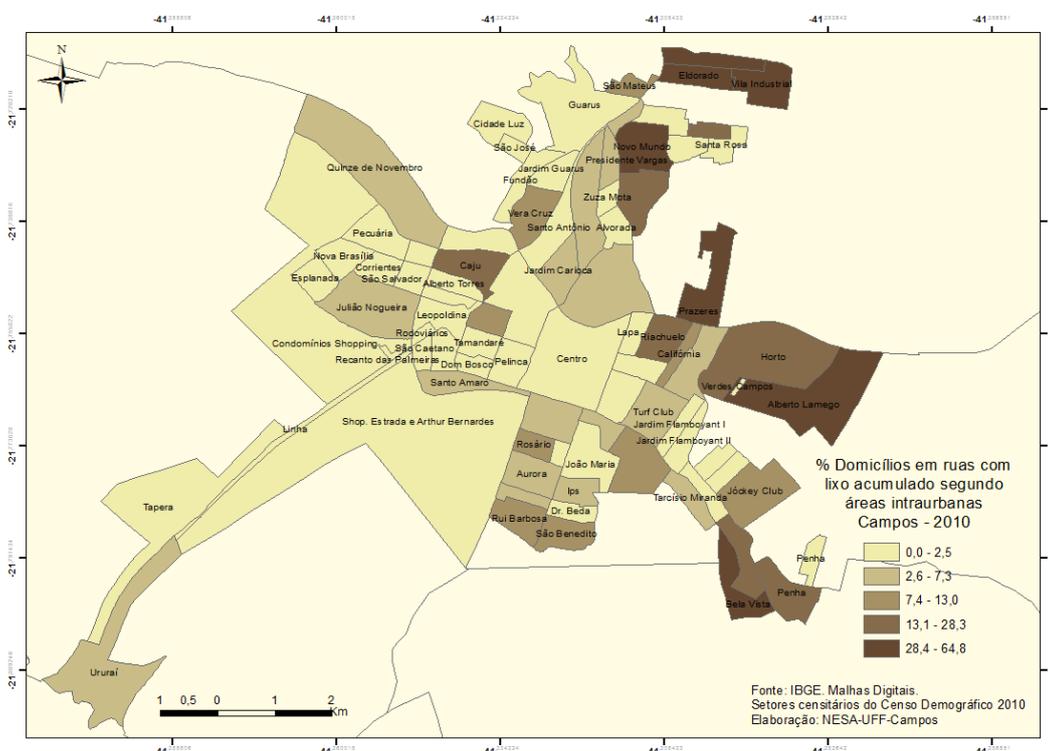
Mapa 3.5 – Domicílio em ruas com esgoto a céu aberto na área urbana de Campos – 2010



É importante lembrar que esses bairros são os que recentemente sofreram ou vêm sofrendo intervenções habitacionais como no caso de Ururáí conforme aponta Arruda (2014): “tendo a segunda fase já iniciado, um grande conjunto tem sido construído em Ururáí, com 1.294 novas unidades” (ARRUDA, 2014, p.114). Portanto isso demonstra que há intervenções habitacionais em áreas segregadas no município de Campos dos Goytacazes.

Já no que se refere aos domicílios em ruas com lixo acumulado, conforme se podem observar no mapa 6, destaca-se que as maiores taxas se encontram nos bairros situados nas áreas oeste do município, outro na área norte. Talvez seja possível apontar uma deficiência na coleta de lixo e serviços de limpeza pública nesses bairros.

Mapa 3.6 – Domicílio em ruas com lixo acumulado na área urbana de Campos - 2010



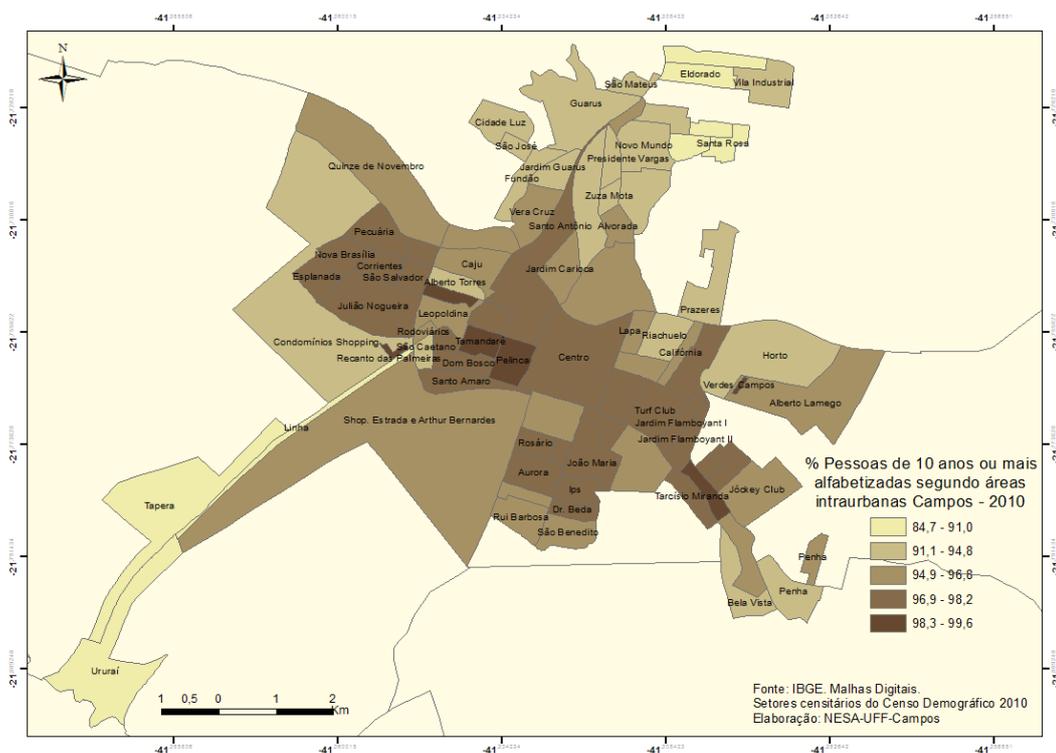
3.3. Aspectos Sociais

Na última seção deste capítulo, após olhar para as condições de infraestrutura urbana e acesso a serviços coletivos na cidade, voltaremos nosso olhar para alguns aspectos socioeconômicos das pessoas residentes nos domicílios. Para tanto, trabalharemos com o nível de alfabetização e as condições de rendimento.

Em relação a taxa de alfabetização, considerou-se aqui o percentual de pessoas de 10 anos ou mais alfabetizadas. Nessa dimensão, não há uma grande

diferença entre os bairros de Campos, afinal este é um avanço considerável que se tem obtido nas últimas décadas, uma vez que o nível de alfabetização vem aumentando em todo o país. Embora o intervalo seja pequeno (observar legenda do mapa 3.7), já que o menor percentual é de um bairro com 84,7% de alfabetizados, as áreas mais claras (expressas no intervalo mais baixo – de 84,7% a 91%), são nos bairros das extremidades da mancha urbana da cidade. Podemos citar, por exemplo, os bairros de Ururaí, Tapera, Linha, Eldorado, Santa Rosa, que se encontram nesse intervalo inferior, enquanto os outros bairros têm sua variação entre 91% a 99,6% de pessoas alfabetizadas.

Mapa 3.7 – Pessoas com 10 anos ou mais alfabetizadas na área urbana de Campos – 2010



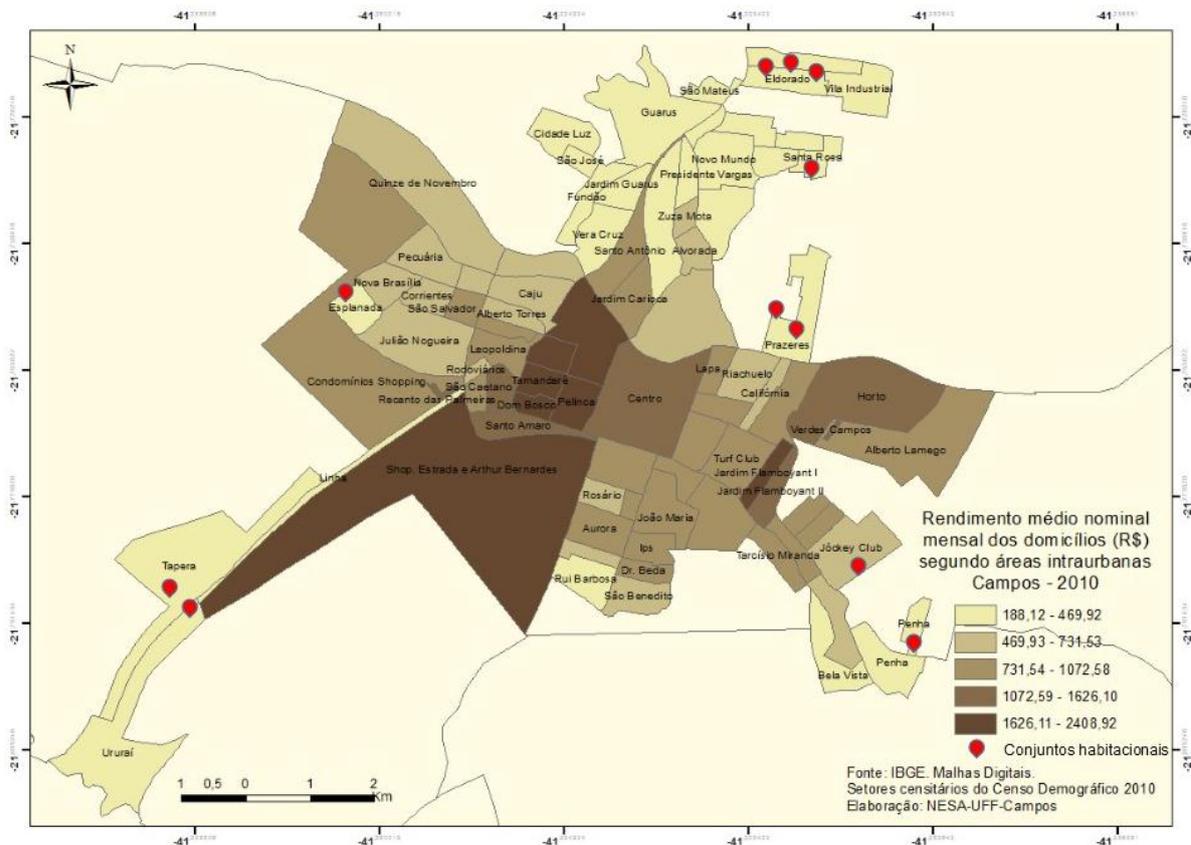
Por fim, o último dado que se pretende abordar é o rendimento médio nominal mensal dos domicílios em 2010. Observa-se na figura 3.8 que os bairros mais centrais possuem uma renda média maior, em quanto os que ficam nas periferias tem uma renda menor. Portanto, podemos supor que os indivíduos que residem nas localidades mais afastadas, têm menos posse dos “ativos” necessários, como a posse de capital econômico, para acessar via mercado às

moradias, serviços, bens e equipamentos que se encontram nas áreas centrais da cidade.

Os demais mapas sobre rendimento que constam no anexo reforçam essa afirmativa, pois trazem a localização da distribuição dos domicílios com renda per capita de até 1 salário mínimo; de 1 a 5 salários mínimos; e de mais de 5 salários mínimos. A partir destes mapas também é possível notar que os domicílios que têm uma renda per capita de até 1 salário mínimo, são justamente os que ocupam as periferias do município, indo do distrito de Guarus que fica localizado na região norte do município em direção ao Estado do Espírito Santos, ao bairro de Ururaí, que se localiza ao sul do município em direção à cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, da área norte de Campos dos Goytacazes à área sul. Ao mesmo tempo, as pessoas que ganham mais de 5 salários mínimos se encontram mais na área central do município.

O referido mapa sobre o rendimento médio dos domicílios dos bairros complementa a análise desenvolvida até aqui e constitui também uma representação dos grupos sociais no espaço da cidade. Sobre este mapa, inserimos a localização dos conjuntos habitacionais que foram construídos dentro desta área urbanizada, para facilitar a compreensão. Observa-se assim que os conjuntos habitacionais foram colocados justamente nas áreas com menores médias de rendimento e, como visto nas seções anteriores, nas áreas que possuem carência de acesso a alguns serviços e condições de infraestrutura urbana, que também são as áreas historicamente ocupadas pela população pobre que migrou do campo para a cidade com a decadência da agroindústria açucareira.

Mapa 3.8 – Rendimento médio na área urbana de Campos – 2010



Portanto nota-se que não há uma distribuição de renda uniforme, mais do que isso, aos termos de Harvey (1980), não há também uma distribuição da renda real para os diferentes grupos sociais que se localizam (através das suas residências) no espaço da cidade. Essa renda real também é um conceito relacional, compreende as vantagens ou desvantagens de se estar próximo ou distante de certas áreas da cidade em virtude do seu nível de acesso a serviços, bens, equipamentos, infraestrutura urbana, elementos vistos anteriormente.

Ou seja, se além da renda monetária mais baixa, os indivíduos e famílias se localizam em áreas da cidade carentes desse nível de acesso a oportunidades e recursos, a tendência é a acumular desvantagens sociais de diversos tipos, como acesso a transporte, saúde, educação e outros.

As localizações dos Conjuntos Habitacionais foram definidas a partir das áreas desocupadas do município, sem considerar a proximidade com os locais de residência das famílias a serem beneficiadas e nem a infraestrutura dos bairros ao entorno destes conjuntos (MENDES; CASSAB, 2013, p.4).

Portanto, ao mesmo tempo em que o Estado atua de forma a ampliar o acesso a alguns elementos pontuais da estrutura urbana (como visto no que se refere à pavimentação, iluminação pública, calçadas, no caso de Campos), também atua no sentido de reforçar a desigualdade e segregação socioespaciais, pois vários serviços públicos oferecidos pelo Estado são acessados de forma ainda precária pela maioria da população, principalmente as de menores rendas, e em áreas menos centrais.

Nessa linha, os autores Mendes, Gomes e Siqueira (2014) apontam a precariedade desses programas em relação a um prévio estudo das áreas onde ocorreram os conjuntos habitacionais, como este capítulo fez com dados referentes a 2010, momento anterior à efetiva implementação dos conjuntos. Como visto, muitas dessas áreas não estavam preparadas para receber um contingente expressivo de pessoas e nem teria a capacidade de atender suas demandas.

Esses conjuntos habitacionais estão afastados da centralidade econômica, de lazer e cultura, fomentando a exclusão dos menos favorecidos no que tange ao acesso a esses serviços. Diante disso, seus moradores precisam deslocar-se da região onde estão localizados para acessá-los.

Arruda (2014) aponta que a transferência de um grande número de famílias para esses conjuntos habitacionais não veio acompanhada de outras intervenções no que diz respeito ao acesso à escola existente nos bairros, causando dificuldades na locação dos estudantes, proporcionando a não inserção escolar no que diz respeito às crianças e adolescentes. Argumentando sobre a saúde, a autora afirma ainda que poucas melhorias nesse setor podem ser observadas nos conjuntos habitacionais, pois não há hospital, postos de saúde ou postos de pronto socorro nos conjuntos, que possam atender a população que ali reside.

As questões que surgem desta reflexão estão relacionadas ao pressuposto de que somente com a aquisição dessas moradias e realojamento de moradores de áreas de risco, esses não deixam de viver em vulnerabilidade socioespacial, e não lhes são proporcionados o direito à cidade no que tange a mudar e reinventar

a cidade, de acordo com seus profundos desejos, o que deveria constituir um exercício coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014).

Segundo Azevedo (2007), as políticas habitacionais apresentam grande relação com as demais políticas urbanas, não podem estar desconectadas de políticas nas áreas de infraestrutura, saneamento, transporte, com risco de serem inviáveis. Alguns investimentos em outras áreas podem ter um impacto até maior no acesso à moradia do que a própria política habitacional, como: saneamento, regularização fundiária, aumento do nível de emprego e rendimento.

Portanto, o acesso à habitação apresentando aqui vai ao encontro das ideias dos autores Henri Lefebvre (2008) e Davi Harvey (2014) que nos propõem pensar sobre a capacidade de decisão e interferência dos beneficiados na gestão pública, ou seja, repensar a cidade de forma que todos os cidadãos possam possuí-la integralmente, sem que haja uma segregação, tendo todos os indivíduos como centro de sua decisão.

De acordo com o Plano Nacional de Habitação (2009), em qualquer projeto habitacional o trabalho social deveria ser um dos pontos básicos, uma vez que as famílias contempladas deveriam ter o direito de conhecer e opinar sobre o novo local de moradia, tornando este processo mais democrático e inclusivo.

Portanto, não basta ter recursos orçamentários, como a cidade de Campos dos Goytacazes teve ao longo de muitos anos, ou seja, apenas possuir recursos fartos não garante um planejamento aprimorado, é preciso estabelecer ações de médios e longos prazos, que sejam benéficas à população no todo, sem que haja exclusão ou segmentação.

Além disso, os conjuntos habitacionais “entram” na organização socioespacial da cidade de forma a reforçar as precariedades e conflitos já existentes, pois removem pessoas de bairros considerados como “áreas de risco” para leva-los a enfrentar outros tipos de “riscos”, talvez mais sutis, porém tão complexos quanto os de caráter ambiental/natural.

Nesta mesma linha, Valêncio (2009) salienta que são frequentes as disputas territoriais entre os “grupos fortes” e os “grupos fracos”, nas quais os pobres sofrem contestação do seu direito de morar e fazer parte da cidade, sendo

assim, a ocupação dos espaços se dá pela hierarquização, onde os estratos mais pobres se localizam em áreas mais vulneráveis, enquanto os mais afortunados usufruem a multiterritorialidade através do capital.

Assim aponta a autora:

Se os processos de territorialização, numa dada localidade, naturalizam as desigualdades sociais, as relações assimétricas entre os sujeitos tendem a um franco esgarçamento, sendo o desastre um acontecimento crítico que potencializa o rompimento da tolerância às injustiças sociais continuamente sofridas e cuja face inversa são os privilégios concedidos regularmente a outrem (VALENCIO, 2009 p. 6).

Portanto, diante de determinadas atitudes sub-reptícias do poder público contra o direito de igualdade da distribuição dos recursos públicos entre os estratos (pavimentação, saneamento, eletricidade, entre outros) e como os estratos pobres se localizam em áreas mais segregadas, perpetua-se no imaginário social as chamadas áreas carentes, essas elaboradas pelos setores mais estabelecidos. “Subjaz ao referido termo a ideia de um espaço deteriorado materialmente, uma população incapaz e inerte para fazer face ao provimento de seus mínimos vitais e sociais” (Valêncio, 2009). Diante disso, e da persistência dos pobres no fazimento do seu lugar depositando sentidos para sua existência, são engendrados novos mecanismos de contestação à ocupação dos espaços urbanos, como a mudança da denominação de área carente para área de risco.

Sendo assim salienta a autora:

O termo ‘área de risco’ corrobora com os significados do termo precedente, mas acresce componentes do ambiente natural na equação a fim de problematizar o direito de morar como algo situado além da esfera sócio-política acima considerada. (...) Tudo se passa, entretanto, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco auto-imposto à vida, uma convivência arbitrária dos moradores do local com ameaças naturais o que converteria sua territorialização em algo inadmissível, ilegítimo. (VALENCIO, 2009 p. 35).

Portanto essa denominação legitima o Estado no desfazimento do lugar, eliminando da paisagem urbana a vizinhança indesejada. Ressalta-se que esse processo de remoção dos moradores – muitas vezes involuntária – das chamadas “áreas de risco”, não leva em consideração os vínculos desses com o lugar de moradia, relações e hábitos especializados, isto é, desconsidera a coesão dos que ali residem, desfazendo assim o tecido social. Imputa os moradores das áreas segregadas a sua vulnerabilidade, e conseqüentemente a destruição de

suas moradias como se fosse um risco auto imposto, desconsiderando a pobreza como a variável mais relevante na explicação da vulnerabilidade, pois enquanto o discurso de peritos (Defesa Civil e outros) argumenta que os moradores dessas áreas vulneráveis estão em áreas de risco, esses veem essas áreas como oportunidade de obter um lugar no espaço urbano, conquistando sua casa própria.

Portanto, descartam-se os fatores de ameaças e os desastres ambientais, em um contexto político-institucional e sociocultural na organização social do espaço. Então, não são os eventos naturais produtores da vulnerabilidade, mas apenas um elemento frente a uma dinâmica apartadora, pois a remoção compulsória dos moradores camufla os conflitos que há na organização dos espaços na cidade.

Podemos observar que a segregação socioespacial tem sua gênese não apenas nas condições econômicas das famílias, pois mesmo com os estratos sociais homogêneos tendendo a se concentrar em determinados espaços da cidade, há outros mecanismos do próprio Estado que reforçam essa divisão social do espaço.

Assim sendo, o exposto confirma o que vem sendo abordado no presente trabalho, em diálogo com Bourdieu (1998), que o acesso aos serviços públicos tende quase sempre a ser preenchido pelos grupos de classes sociais detentoras de maior capital social e cultural, enquanto aos estratos sociais mais empobrecidos lhes é negado o acesso a diversos serviços, sendo privados muitas vezes de exercer o direito à cidade.

CAPÍTULO IV

Após as políticas habitacionais: um estudo em Ururáí

Introdução

O objetivo dessa parte é analisar a relação das pessoas com o lugar de moradia em uma das áreas abordadas no capítulo anterior, o bairro de Ururáí, que sofreu uma saída expressiva de pessoas de parte de seu território através de diversas remoções de famílias e, conseqüentemente, destruição de suas casas, em função da política habitacional executada do Morar Feliz já referenciada. O local das remoções foi aquele denominado pela prefeitura como “área de risco”, sobretudo devido às históricas inundações no lugar.

Nesse espaço, existe uma grande incerteza quanto às condições de permanência no lugar, pois várias famílias foram removidas para os novos conjuntos habitacionais, algumas vivem a expectativa de sair uma vez que ainda não foram contempladas com essa política, enquanto outras que saíram retornaram para o local ou morando com familiares ou vivendo em casas alugadas pela política do aluguel social. Dessa forma, buscamos entender a percepção dos moradores que residem nessa área sobre a situação de estarem em “área de risco”, a ocorrência das inundações, sobre a perspectiva de sair da localidade, sobre as condições de moradia em outro bairro. Portanto, essas famílias foram removidas para os conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, demonstrando a argumentação de alguns autores sobre a atuação do Estado como agente organizador do espaço:

Consideramos o Estado como um dos principais agentes modeladores do espaço urbano, através da legislação, plano e intervenções urbanas. Ele pode tanto minimizar como reforçar as separações de classes sociais no espaço. Além disso, ele não é neutro, visto que estar inserido na dinâmica social, refletindo as contradições de classes (ZACCHI; FARIA, 2011, p.2).

Portanto, é possível ver como o Estado se revela como um agente importante na reestruturação do espaço urbano, às vezes com um discurso de

redução das desigualdades socioespaciais, entretanto acaba reforçando a segregação e a segmentação na organização dos espaços, devido à falta de planejamento no que diz respeito à implementação das políticas públicas.

Vale lembrar que a segregação espacial muito se dá também através da atuação do mercado, portanto, quando o Estado deixa nas mãos de grupos hegemônicos as moradias, acaba contribuindo para que possa acontecer de maneira desigual e excludente a distribuição destas, privilegiando os que possuem os diversos capitais, monetário, cultural e social.

O bairro de Ururaí fica localizado ao sul do município de Campos dos Goytacazes, cortado pela BR 101 em direção ao Rio de Janeiro. O povoamento dessa localidade esteve bastante atrelado à presença do município de Campos na agroindústria açucareira nacional no século passado, como visto no capítulo 2, já que muito da dinâmica social do lugar foi determinado pela presença da Usina Cupim, que além de empregar várias pessoas, também concedeu terrenos e casas para as famílias. Entretanto, a ocupação do espaço se deu muito próxima ao Rio Ururaí que circunda parte do bairro, atravessando a própria BR 101.

A pesquisa empreendida pelo NESA⁷ considerou apenas parte do território do bairro, tal recorte teve como base um conhecimento prévio empírico das áreas afetadas por inundações, foram estudadas informações de outros pesquisadores que já fizeram pesquisa naquela localidade.

Sobre a metodologia, foi realizado um censo com os domicílios das áreas afetadas por inundações no bairro, utilizou-se como instrumento de pesquisa o questionário⁸ aplicado por meio de entrevista. Tal instrumento continha perguntas fechadas de única escolha, de múltipla escolha, assim como perguntas abertas de caráter qualitativo, para posterior análise de conteúdo e codificação. O

⁷ Cf.: TAVARES, E.; SIQUEIRA, A. M. M. Espaço urbano, questão habitacional e as experiências com as inundações em Ururaí. Relatório parcial de pesquisa (2015). A pesquisa foi realizada pelo NESA (Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais) do qual participo como discente. O NESA é um dos núcleos de pesquisa da Universidade Federal Fluminense.

⁸ Questionário em anexo. As entrevistas realizadas tiveram como entrevistadores professores e alunos. O questionário foi dividido em seis blocos: 1) Dados básicos; 2) As cheias do Rio Ururaí; 3) Habitação e enchentes; 4) Domicílio atual; 5) Bairro atual; 6) Composição familiar e informações socioeconômicas.

questionário foi aplicado a um dos moradores dos 232 domicílios⁹, este deveria ter mais de 18 anos e se dispor a participar da pesquisa.

O que se segue, portanto, é uma análise da localização dos domicílios quanto à área em que estão estabelecidos, ou seja, dimensões relacionadas à infraestrutura urbana, que causam mudança na renda real das famílias; às características sociais e econômicas, tais como, por exemplo, escolaridade que reflete na acessibilidade a alguns serviços públicos; a percepção sobre o risco, tanto do poder público como dos moradores desta localidade; e a percepção dos moradores quanto às políticas habitacionais.

4.1. Infraestrutura domiciliar e urbana e aspectos sociais e econômicos

No geral, os domicílios estão em uma área que apresenta certa dificuldade de definição da propriedade do terreno. Várias respostas foram encontradas dos moradores que participaram da entrevista a respeito dessa definição: uns afirmam que essas áreas pertenciam a Usina de cana de açúcar Cupim, do Grupo Othon – que hoje se encontra desativada – localizada no mesmo bairro que cedeu essas áreas para algumas famílias, outros disseram que era propriedade da família, já outros declararam que tomaram posse ou ocuparam o espaço.

Portanto, isto demonstra que quando voltamos o olhar para o espaço urbano a partir do lugar de moradia, percebemos os diversos fatores que levam os indivíduos à escolha do seu habitat, conforme foi tratado no primeiro capítulo desse trabalho.

Foi possível notar também a coexistência de vários domicílios construídos em um mesmo lote. Apenas 37% dos domicílios estão em lotes em que há

⁹ “No total, foram identificados 301 domicílios, sendo que em 69 destes não foi possível realizar a entrevista. Os motivos foram: não encontrar as pessoas em casa – mesmo após visitas em dias diferentes, como aos finais de semana – ou porque alguns não aceitaram participar da pesquisa. Sendo assim, foram aplicados 232 questionários, 77% do total de domicílios identificados no recorte. Também deve-se ressaltar que poderíamos preliminarmente considerar esta área como de ‘instabilidade habitacional’, pois os moradores que participaram da pesquisa algumas vezes relataram que o vizinho morava, mas também residia com familiares em outras localidades, ou a casa pertencia àqueles que voltaram, mas ainda tinham a casa no conjunto habitacional” (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

apenas o próprio domicílio. Os demais estão em lotes nos quais chegamos a observar vários domicílios aglomerados. Essa observação chega a assemelhar-se às argumentações de Engels (2008) sobre as condições da cidade industrial, conforme exposto em capítulo anterior, onde as pessoas se amontoavam uma sobre as outras em espaços que não podemos sequer chamar de residência.

Tabela 4.1 – Situação do terreno

Situação do terreno	Frequência	Porcentual
Próprio, com escritura	45	19,4
Próprio, com contrato de compra e venda	32	13,8
Posse (ausência de documentação)	95	40,9
Cedido por empregador (ou ex- empregador)	27	11,6
Cedido por outros (fora da família)	6	2,6
Casa alugada	9	3,9
Cedido por familiares	6	2,6
Não sabe/Não lembra/Mal especificado	12	5,2
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

Quando perguntados sobre a forma de utilização dos domicílios, a maioria dos moradores, cerca de 96%, tem uso residencial; apenas 9 domicílios são utilizados para fins residenciais e comerciais. No geral, com algum estabelecimento de comércio em frente sua à residência. Sobre a estrutura da casa, nota-se que menos da metade dos domicílios (41,1%) são de construções de alvenaria com revestimento e pintura; 27,2% aproximadamente dos domicílios são apenas com alvenaria (só tijolo); e 28,9% são de alvenaria com revestimento (reboco)¹⁰. O destaque fica por conta de muito moradores afirmarem que ficam com receio de reformares suas residências, pelo fato de não ter certeza de que permanecerão naquela área onde residem, devido ao processo de remoção que a área vem sofrendo. Quanto ao tamanho das residências, a maior parte tem possui 4, 5 ou 6 cômodos por domicílio (correspondendo a 78% do total).

¹⁰ Para uma pequena porcentagem (3,9% - 9 domicílios) não foi possível identificar.

Em relação aos serviços de luz, água, esgoto e telefonia, fica bem claro como são precários na localidade, revelando certo abandono por parte dos órgãos públicos no que diz respeito a políticas públicas. Alguns entrevistados relacionaram tal precariedade à situação irregular do terreno e reconhecem que a falta de acesso adequado fica inviabilizada por não terem documentação (escritura), mostrando até mesmo um conformismo em relação ao não acesso a esse direito, por reconhecerem que estão em situação “irregular” (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

Sobre o acesso à rede de esgoto, por exemplo, fica evidente a situação precária, pois 28,4% declararam que despejam o esgoto diretamente no rio, e, entre os 6% que declararam vala, rua ou brejo, geralmente o destino final também é o rio, segundo alguns moradores. Apenas 25,9% têm acesso à rede regular de esgoto e 38,4% afirmaram que possuem fossa.

Tabela 4.2 – Destino do Esgoto

Destino	Frequência	Porcentual
Rede regular	60	25,9
Fossa	90	38,8
Vala/Rua/Brejo	14	6,0
Rio	66	28,4
Não especificado	2	,9
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015

Quanto aos demais serviços, no que se refere à energia elétrica, a maior parte declarou que tem acesso à luz, sendo que 30% dos domicílios declararam que possuem luz elétrica, mas não tem medidor. Isso vai ao encontro do fato observado em capítulo anterior na seção referente aos aspectos dos serviços domiciliares do município de Campos dos Goytacazes, que Ururaí se encontra no intervalo entre 3,5% a 6,4% dos domicílios sem medidor de energia, provavelmente devido à influência desta área mais precarizada. Como já visto, esse é um serviço acessado via mercado, o que também deve ser difícil para famílias de um bairro, como Ururaí, que possui entre 60% a 80% dos domicílios com renda per capita de até um salário mínimo, como exposto.

Sobre o acesso à água, boa parte dos entrevistados declarou que seus domicílios têm acesso à rede regular (81,9%); alguns disseram que a água vem da rua ou que não tem registro (12,1%); os demais declaram outras situações como poço, rio, emprestada ou não especificaram. Entretanto, foi possível notar que muitos que declararam “rede regular”, o entendem dessa forma pelo fato de a água vir da concessionária, mas “pegam” essa água de fonte existente na própria rua, sem pagar conta. Quanto à coleta de lixo, a maior parte declarou que há coleta de lixo regular ou que colocam em caçamba na rua mais próxima do asfalto (93,1% dos domicílios nestas duas categorias). Quanto ao acesso à telefonia, a maior parte dos entrevistados declarou que possui apenas a telefonia móvel, a posse de celular para se comunicar.

Portanto, é nesse sentido que concordamos com a argumentação de Harvey (1998) de que as mudanças na forma socioespacial da cidade no que se refere à localização dos bens, serviços e oportunidades também causam mudança na renda real do indivíduo, e isto se reflete na acessibilidade a alguns serviços públicos.

Sobre algumas características sociais e econômicas, em relação à escolaridade, a área pesquisa em Ururá apresenta uma taxa elevada de indivíduos que não tiveram acesso à instrução ou não possuem nível fundamental completo, cerca 63,5% do total de pessoas residente nessas áreas. Mesmo considerando apenas a população de 18 anos ou mais que, a princípio, já poderia ter acessado o nível superior não há uma redução significativa (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

Entre estes jovens ou adultos, o percentual de sem instrução ou nível fundamental incompleto, apesar de diminuir um pouco pela retirada dos mais jovens, permanece com mais da metade, em torno de 54,7% da população se encontra nesta condição. No outro extremo, há apenas 11 pessoas que possuem ou estão cursando o nível superior, 2,1% do total da população de 18 anos ou mais.

Quando se faz análise sobre a renda, verifica-se que, dos que declararam obter renda proveniente do trabalho, 8% recebe até meio salário mínimo; aproximadamente 40% recebe de meio a um salário mínimo; outros cerca de 40%

recebe de um a dois salários mínimos; e os demais recebem mais de dois a salários mínimos, considerando o salário mínimo no valor de R\$ 788,00 na época em que a pesquisa foi realizada.

4.2. A justificativa para a política habitacional: a percepção sobre o risco

Segundo o poder público local, essa área estudada se encontra em situação de risco devido, sobretudo, à proximidade com o rio e a ocorrência de diversos períodos de inundações sofrida no local. Portanto, a pesquisa teve como objetivo apreender a percepção dos moradores em relação ao risco e sua concepção em relação à área em que residem, ou seja, ter informações não só do poder público, mas ouvir os que têm essa área como o seu habitat, afinal, “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Sendo assim, quando perguntados se o seu domicílio se encontra em área de risco, obtemos as seguintes respostas: 47,4% dos entrevistados (110 pessoas em domicílios) disseram que sim, enquanto outros 51,7%, sendo 120 pessoas, responderam que não acham seu lugar de moradia como área de risco, diante disto percebeu-se que as opiniões foram bem divididas.

Tabela 4.3 – O domicílio está em uma área de risco?

Respostas	Frequência	Porcentual
Sim	110	47,4
Não	120	51,7
Nãosabe/Nãorespondeu	2	,9
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Os entrevistados foram questionados sobre o porquê da resposta positiva ou negativa, as respostas elencadas foram as seguintes: entre os que disseram

não, relataram que a água jamais havia chegado a suas casas ou que a enchente muito intensa ocorreu apenas uma vez no ano de 2008, e que nas demais vezes foi possível lidar com a enchente, e que era possível reformar sua casa, comprar móveis em substituição aos que foram perdidos nas enchentes, e tomar os procedimentos cabíveis que pudessem amenizar a situação pós-enchente. Já os que disseram sim (acham que a área é de risco), apontaram como motivo das suas respostas a proximidade com rio, a ocorrência das enchentes, a estrutura ruim das casas, as falhas de infraestrutura já existentes, entre outros.

É importante ressaltar que quando foi feita a pergunta se alguém ou alguma instituição já lhes havia dito que o lugar de moradia deles era de risco, a resposta também ficou bem dividida, pois 48,7% disseram que sim e 50,4% informaram que não. Entre os que disseram que Sim, a maior parte afirmou ter ouvido da Defesa Civil que aquela é uma área de risco.

Tabela 4.4 – Alguém já disse que a sua casa está em área de risco?

Respostas	Frequência	Porcentual
Sim	113	48,7
Não	117	50,4
Nãosabe/Nãorespondeu	2	,9
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Se cruzarmos a informação de quem acha que o seu domicílio está em área de risco ou não, com quem disse que já foi informado a respeito, é possível observar que há uma relação entre quem deu resposta positiva e negativa em ambas as questões. Entre os que declararam que acham que seus domicílios estão em área de risco, 70% também disse que já foram informados sobre isso por terceiros, ou seja, a maior parte. Ao mesmo tempo, entre os 118 entrevistados que manifestaram não concordar que estão em área de risco, quase 70% também disse que jamais foram informados a respeito.

Isto pode ter um cunho tendencioso como, por exemplo, não achar que estar em área de risco por nunca ter tido informação sobre isto levando à

declaração negativa, ou acha que está em área de risco, pelo fato ter sido influenciado por ouvir várias vezes que o local é sim de risco, e internalizou tal concepção.

Tabela 4.5 – Cruzamento entre as variáveis de percepção sobre o risco

O domicílio está em uma área de risco?	Alguém já disse que a sua casa está em área de risco?		Total (100%)
	Sim	Não	
Sim	70,0	30,0	100
Não	30,5	69,5	100
Total	101	99	200

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Se correlacionarmos as pessoas que declararam que pretendem sair da casa devido às cheias com a percepção sobre a área de risco, também é possível supor que há uma relação entre essas variáveis. Embora o mais recorrente sejam pessoas que não gostariam de sair de suas casas, também encontramos várias pessoas que manifestaram interesse em sair da casa, alguns disseram ainda que pretendem/gostariam de sair da casa, mas não gostariam de sair do bairro, entre esses alguns já estão à espera inclusive. Nota-se que para estes que querem sair (69 pessoas em domicílios), a maior parte (75%) disse que mora em área de risco. Já entre os que não querem sair da casa, a percepção de que o lugar é uma área de risco se restringe a um percentual menor (36,9%).

Tabela 4.6 – Cruzamento entre percepção sobre o risco e mudança de residência

O domicílio está em uma área de risco?	Pretende sair da casa para outro bairro em função das cheias?		Total (100%)
	Sim	Não	
Sim	75,4	36,9	110
Não	24,6	63,1	116
Total	69	157	226

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Enquanto mudar de casa em função das cheias mostrou-se uma opção para 69 entrevistados, a mudança de bairro foi indicada como alternativa para 52 entrevistados nos domicílios das áreas afetadas por enchentes no bairro Ururaí. Vale ressaltar que essa pergunta sobre a mudança de bairro não estava atrelada à dimensão das enchentes. Entre aqueles que manifestaram querer mudar de bairro, as respostas foram muito dúbias, alguns diziam que gostavam do bairro, mas indicavam problemas relacionados à violência, drogas, falta de infraestrutura, pobreza, etc.

4.3. A percepção sobre a política habitacional

Como visto anteriormente, em relação às inundações e a questão habitacional, quando perguntados se pretendiam sair do bairro em função das cheias, a maior parte indicou não ter essa pretensão, ou seja, 157 pessoas – 67,7% dos entrevistados. Vale ressaltar, que alguns disseram que até sairiam, pois sabem que estão em uma área de enchentes, em situação habitacional precária, reconhecem a falta de infraestrutura, mas se for para sair preferiam ir para outra área dentro de Ururaí mesmo.

Dos que disseram que gostariam de sair de Ururaí (31,1%), a maior parte gostaria de ir para um lugar perto de Ururaí, permitindo notar que a aceitação quanto a sair estaria vinculada à proximidade com o bairro de origem. Portanto, mostra que o processo de remoção dessas famílias, executado através do poder público, deveria ser mais bem planejado, não rompendo o tecido social, pois como foi abordado no capítulo teórico desse trabalho, as consequências desfavoráveis dessa descoesão social incidem, sobretudo, sobre as classes socialmente vulneráveis, levando à quebra dos sentimentos de pertencimento existente nos espaços que eram ocupados.

Algumas das famílias dessa área pesquisada que sofreram processo de remoção, foram levadas para outros bairros mais distantes como Penha, Jockey e Tapera (os mais citados) conforme apontado pelos entrevistados. Em relação aos

bairros mais citados, vale ressaltar que há uma distância considerável entre Ururaí e os dois primeiros bairros, como pode ser visto nos mapas apresentados no terceiro capítulo desse trabalho. Já em relação ao bairro Tapera, esta distância não é tão considerável, talvez isto explique o porquê de algumas famílias terem citado esse bairro como possível lugar de moradia, devido provavelmente a sua proximidade com Ururaí. Das 232 famílias pesquisadas, cerca de 91,4% delas declaram que conhece alguém que recebeu casa popular, ou seja, sofreram processo de remoção, isto mostra o quanto essa área estudada foi atingida pela política habitacional. Assim quando perguntados se conheciam alguém que mudou para o conjunto habitacional e voltou para Ururaí, 81,8% (180 entrevistados) disseram que sim.

Quando questionados sobre o que acham a respeito da satisfação das famílias com a mudança (tabela 4.7), boa parte dos entrevistados apontou para a insatisfação (42,9%), referindo-se a variados motivos, sendo os mais citados “violência, brigas, conflitos, facção” (17,5%), seguido de “não gostaram / não se adaptaram / não conhecia as pessoas” (10,4%). Alguns identificaram o próprio retorno como indício de insatisfação (10,8%), além de outras respostas ligadas à distância, família, preferência por Ururaí. Realmente estes motivos exerceram uma forte influência sobre o retorno dessas famílias ao seu lugar de origem conforme salienta as autoras:

Considerando a percepção apenas sobre aqueles que voltaram, os conflitos que passaram a vivenciar no bairro de destino, no conjunto habitacional, assim como o desconhecimento do lugar devem ter sido os principais motivos para a volta (TAVARES; SIQUEIRA, 2015 p.13).

Apesar de a insatisfação ter maior participação, vários entrevistados também consideraram aspectos positivos da política habitacional, pois 27,2% deles apontaram que conhecem famílias que estão satisfeitas com a mudança, sendo o principal motivo desta satisfação o acesso a uma “infraestrutura melhor, casa boa” (14,6%), seguido de motivos como “Não têm vontade de sair / O bairro é bom / Não reclamam” (7,5%). A questão quanto a sair de uma área de risco como razão para as famílias que estão satisfeitas com a mudança foi apontada por apenas 4,2% dos entrevistados. Da mesma forma, a questão de passar a ter casa própria também não se mostrou relevante, provavelmente porque muitas

famílias das áreas afetadas por inundações em Ururá consideram que suas casas são próprias.

Uma quantidade considerável de entrevistados não soube ou não quis opinar claramente sobre a satisfação das famílias que saíram do bairro (29,7%).

Tabela 4.7 – Motivos da opinião sobre satisfação ou insatisfação com a casa

Motivo da satisfação ou insatisfação com a casa	Frequência	Porcentagem válida (%)
Insatisfação		
Violência, brigas, conflitos, facção	37	17,5
Não gostaram/Não se adaptaram/Não conhecia...	22	10,4
Distância, localização ruim	4	1,9
Longe de familiares ou conhecidos/perda de laços	2	,9
Dificuldade com serviços públicos, escola, transporte, etc.	1	,5
As pessoas retornaram e outros motivos	23	10,8
Preferência por Ururá/ Mesmo com enchentes, problemas	2	,9
Subtotal	91	42,9
Satisfação		
Não têm vontade de sair/O bairro é bom/Não reclamam	16	7,5
Infraestrutura melhor/Casa boa	31	14,6
Casa própria/ Não pagar aluguel	2	0,9
Porque saíram de uma área de risco	9	4,2
Subtotal	58	27,2
Respostas variadas		
Depende do lugar	2	,9
Outros/Alguns destes	12	5,7
Não sabe/mal especificada/sem resposta	49	23,1
Subtotal	63	29,7
Total Geral	212	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Diante disto, o acesso à moradia é mais complexo do que remover um contingente de famílias de áreas consideradas de “risco” para um “ambiente melhor”, pois o papel da remoção não pode apenas levar as pessoas de uma área para outra, é preciso integrar o sujeito à nova realidade urbana e, sobretudo ao pensar na relação com a cidade, garantir que não haja um fortalecimento do processo de segregação socioespacial. Como visto no capítulo anterior, e este

capítulo também reforça essa ideia, os investimentos do poder público no que se refere às políticas habitacionais localizam-se nas áreas mais periféricas da cidade, realizando na verdade uma mobilidade de populações empobrecidas entre áreas que já carecem de recursos e infraestrutura. Nesse sentido, o Estado acaba por contribuir para o processo de formação socioespacial da cidade, mostrando não atuar na perspectiva do direito à cidade.

Portanto, nessa linha, salientamos que o direito à cidade “é um direito de mudar e reinventar, mas de acordo com os nossos mais profundos desejos” (HARVEY 2014, p.28). É nesse sentido que deve acontecer o processo de remoção dessas famílias, além disso, continua Harvey, “é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre um processo de urbanização” (ibid).

A cidade é uma obra coletiva, como afirma Lefebvre (2008), e a forma como estes moradores poderiam ter participado no planejamento do projeto habitacional para o qual seriam deslocados, as possibilidades de estabelecer um pacto entre os moradores e a prefeitura na formulação do projeto, bem como a forma como eles se organizam, uma vez estabelecidos no conjunto habitacional, também são aspectos interessantes que deveriam ser levados em consideração mais profundamente.

Dessa forma, entendemos o direito à cidade como premissa fundamental para que os indivíduos de vida urbana possam desfrutar da cidade, tendo acesso aos direitos que lhes cabem, com políticas que não reforcem a segregação, segmentação e diferenciação.

Vale lembrar com vem sendo exposto nesse trabalho que esse tipo de remoção, ou melhor, expropriação dos estratos sociais em situação de vulnerabilidades, lhes priva do direito à cidade, pois na verdade a falta de acesso a serviços públicos e de mobilidade não são erradicados, são simplesmente transferidos para outro lugar permanecendo-os na mesma situação de segregação. Isto é, saúde, educação, habitação, cultura e lazer, são usufruídos de forma desigual nas diversas áreas do tecido social tendo forte incidência sobre a coesão social.

Conclusão

Sendo assim, esta pesquisa procurou tratar da organização socioespacial da cidade e das condições apropriação do espaço urbano, analisando dimensões sobre acesso à infraestrutura urbana, condições domiciliares, ativos dos domicílios no que se refere à renda e educação, entre outros elementos da estrutura urbana. Nesse sentido, considerou-se, sobretudo, o lugar de moradia, entendido não apenas como o acesso à moradia em si, mas a equipamentos e serviços urbanos e sociais.

As transformações econômicas das últimas décadas, como visto, alteraram significativamente a localização dos diferentes grupos sociais no espaço da cidade de Campos dos Goytacazes. Ao falarmos da organização social da cidade e tratarmos os diferentes bairros urbanos de Campos dos Goytacazes, verificou-se que a desigualdade dos recursos coletivos urbanos na cidade decorre de processos sociais e espaciais. Portanto, observa-se que mesmo havendo uma relativa heterogeneidade na distribuição espacial da população, a produção de infraestrutura produzida pelo Estado ainda é mais concentrada nas áreas onde residem as camadas de maior status socioeconômico.

Entendemos que as camadas populares são excluídas não apenas do acesso à moradia, mas de tudo o que a cidade representa em termos de ganhos e da garantia da efetiva democratização e da aquisição de uma melhor qualidade de vida urbana e social. Portanto, a ação do poder público reforça a segregação socioespacial e o processo de “espacialização da pobreza”, conjugada pela sua homogeneidade socioeconômica. Como apresentado, em algumas áreas de ocupação mais recente, a infraestrutura não conseguiu acompanhar o crescimento da mancha urbana do município.

Portanto, observou que as áreas onde o acesso a alguns serviços é precário correspondem exatamente aos espaços onde foram construídos os conjuntos habitacionais pela prefeitura de Campos, demonstrando a precariedade de infraestrutura urbana e outras dimensões nesses espaços, em condições desfavoráveis em relação ao resto da cidade.

Essas áreas já apresentavam carência de infraestrutura, de escoamento das águas, coleta de lixo e serviços de limpeza pública, acesso a esgotamento sanitário adequado, concentração das camadas de menor rendimento e pessoas não alfabetizadas, fazendo com que os conjuntos habitacionais pudessem gerar novos problemas, onde possivelmente o poder público local não realizou os serviços necessários nessas áreas de forma a contemplar os que ali já residiam e os moradores recém-chegados.

Assim, essa pesquisa preocupou-se em demonstrar elementos empíricos sobre a organização socioespacial da cidade, confirmando o que alguns estudos já revelaram sobre as intervenções urbanas em Campos no que se refere à política habitacional. Foi possível apresentar um tipo de estudo que deveria ter sido realizado pela prefeitura antes da implementação da política pública, de forma a planejar as mudanças que tais intervenções deveriam acarretar sobre a organização socioespacial da cidade.

Além disso, quando usamos como comparação o bairro de Ururáí, que sofreu uma saída expressiva de pessoas de parte de seu território através de diversas remoções de famílias e, conseqüentemente, destruições de suas casas, em função da política habitacional executada do Morar Feliz, verificamos nos discursos dos moradores algumas coisas importantes para confirmação da hipótese referente à necessidade de se pensar não apenas o direito à habitação, mas o direito à cidade.

Em relação à permanência das pessoas no seu lugar de moradia, como várias famílias foram removidas para os novos conjuntos habitacionais, criou-se uma expectativa nos que não foram contempladas com essa política e que vivem um dilema quando a saída ou não de suas residências. Algumas das famílias almejam sair de onde moram a fim de adquirir uma casa própria e melhores condições de vida, já outras famílias afirmam que não querem sair do lugar onde moram. No geral, mesmo entre os que aceitariam/gostariam de sair, a preferência seria para algum lugar próximo de onde já residem. Além disso, a maior parte dos entrevistados reconhecem a existência de inúmeros problemas enfrentados pelos ex-vizinhos que foram para conjuntos habitacionais distantes.

Vale ressaltar que muitas famílias que foram deslocadas para esses conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura de Campos acabaram voltando, alegando motivos como a violência e a não adaptação com o lugar de destino. Realmente estes motivos exerceram uma forte influência sobre o retorno dessas famílias ao seu lugar de origem, pois a infraestrutura domiciliar e urbana e os aspectos sociais e econômicos encontradas nos novos conjuntos habitacionais são semelhantes aos vividas pelos moradores em bairro de origem.

Assim este trabalho verificou que o Estado, juntamente com o mercado, pode ser um agente promotor da segregação socioespacial, devido à falta de planejamento no que diz respeito à implementação das políticas públicas, causando dano ao tecido social, não estabelecendo de maneira correta as condições de organização da cidade. Então o Estado nem sempre seu papel de agente organizador do espaço urbano de forma justa, isto é, sendo imparcial, atendendo todos os níveis de classes, não tendendo aos interesses de grupos hegemônicos.

Diante do que foi apresentado é possível perceber que a remoção das famílias por si só pode até resolver o problema da casa, mas não garante a inserção na cidade e acesso aos direitos, não combatendo assim as desigualdades urbanas e sociais.

Portanto, com um discurso de redução das desigualdades sociais urbanas, a prefeitura de Campos também acabou se estabelecendo como agente modelador do espaço urbano, reforçando a segregação e segmentação socioespacial. O despreparo ou o descaso das autoridades em relação aos serviços públicos e ao atendimento às camadas de baixa renda também causam sérios problemas não só no que se refere às condições de reprodução destas famílias, mas também às condições de organização da cidade, devido à falta de planejamento dos processos de ocupação do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ana Paula Serpa de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do Programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte fluminense, Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar.** In: BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: **Ed. Vozes, 1997, pp. 159-166.**

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** 4.^a edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

COSTA, Ronaldo. **Dependência Orçamentária em Municípios Selecionados do Norte Fluminense.** 2014 p. 97-111. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/download/14234/10774>> . Acesso em: 08 ago. 2015.

CRUZ, José Luiz Viana da. Origens, natureza e persistências das desigualdades sociais no norte fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira. (Orgs.) **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora da Inglaterra.** In: FERNANDES, F.(org.). Karl Marx F. Engels. História. São Paulo: Ática, 1989, p.308-318.

FREITAS, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Teresa Peixoto. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos.** 2011 p. 1-18. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/SNPGCS/artcle/view/download/1575/1211>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana;** tradução Jeferson. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

KAZTMAN, Ruben. **Territorio y cohesión social en las grandes ciudades de América Latina.** In: Encontro Nacional da ANPOCS, p. 1-20, out./2012, 20 p.

_____. **Marco Conceptual Sobre Activos, Vulnerabilidad y Estructura de Oportunidades.** Comisión Económica para América Latina y el

Caribe - C E P A L - Oficina de Montevideo, "Panorama social da América Latina", ediciones 1996 y 1997, Santiago de Chile, 1998 -p. 19-36.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 2008.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antonio Silvestre; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela Margem da Linha**. 2014 p. 1-20. Disponível em: <<http://libertas.ufff.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2858>>. Acesso em: 15 dez. 2014

NETO, Romeu Silva. **Indústria e desenvolvimento na Região do Norte Fluminense políticas recentes e tendências**. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira. (Orgs.) Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. **Impacto de grandes empreendimentos na dinâmica populacional: Campos dos Goytacazes e São João da Barra**. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais 2012 – ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p. 1-17.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI Marcos Antonio. **Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ)**. Revista do Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa, número 204, volume XLVII, Ano 2012.

PIQUET, Rosélia. **Impactos da Indústria do Petróleo no Norte Fluminense**. Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé. Rosélia Piquet – p. 11-18. Disponível em: <http://www.uff.br/macaieimpacto/OFFICINAMACAE/pdf/11_RoseliaPique>. Acesso em: 03 ago. 2015

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transformação da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Caderno Metrópole, 1999. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm1_1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2013.

SILVA, Érica Tavares. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SILVA, Erica Tavares da; TAVARES, Jessica Monteiro da Silva. **Organização Territorial e Movimentos Pendulares no Norte Fluminense na década de 2000**, RBPD – Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v.2, n.1, p. 121-134, jan/jun. 2013.

SERRA, Rodrigo. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças - Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006, p. 56-83. Disponível em:<http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap3-rodrigo.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2015

TAVARES, Érica. **Dinâmica regional, fronteiras urbanas e mobilidade espacial no Estado do Rio de Janeiro**, XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de Novembro de 2014, p.1-21.

TAVARES, Érica; SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata. **Espaço urbano, a questão habitacional e as experiências com as inundações em Ururáí**. Relatório parcial do Projeto de Pesquisa da FAPERJ: Cartografia socioambiental e mapeamento das áreas de risco de inundações no norte fluminense: subsídios para a implementação de sistemas de alerta, 2015.

TERRA, Denise Cunha Tavares. **Mercado de Trabalho informal no norte do Rio de Janeiro: impacto da implantação do Complexo do Portuário do Açú**. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.14, n. Especial 1, p. 63-82, 2012

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira; PEDROSA, Paulo. **Região norte fluminense: terra de contraste**. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Orgs.) Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

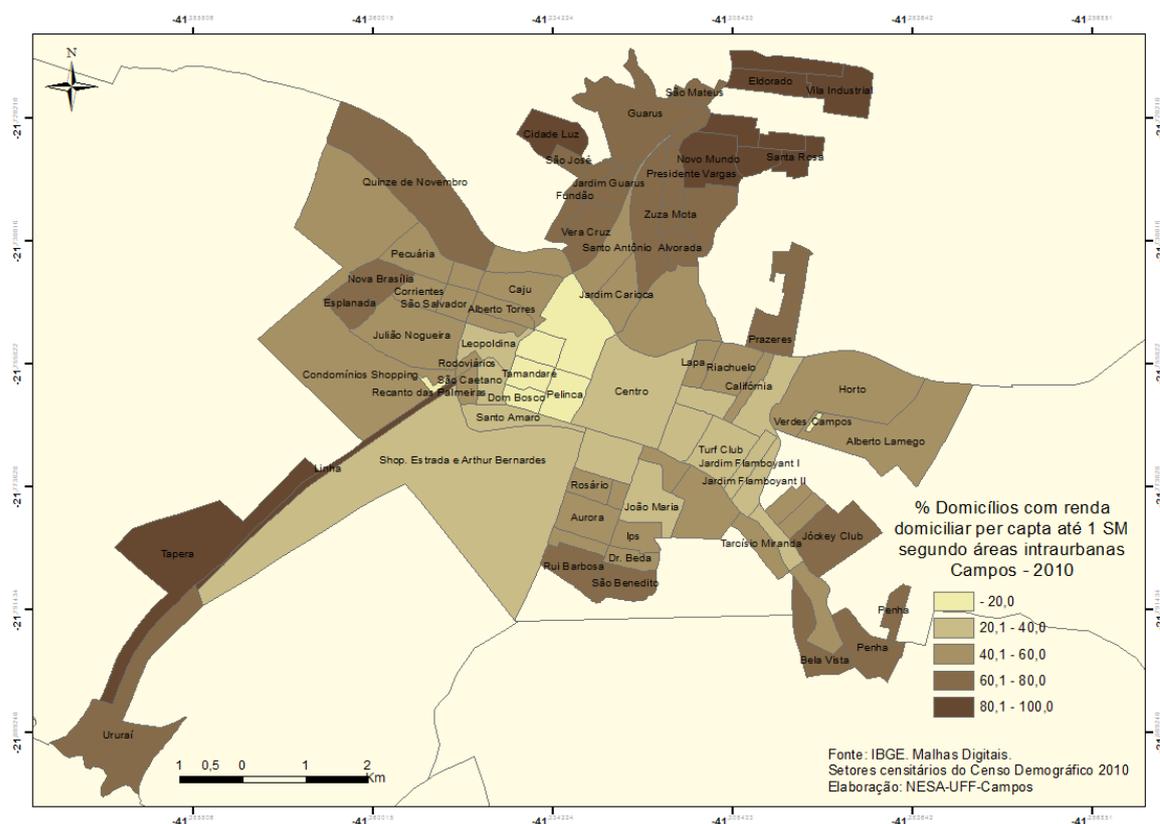
VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil** - Versão Eletrônica PDF, RiMa Editora, 2009 p. 1-268.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

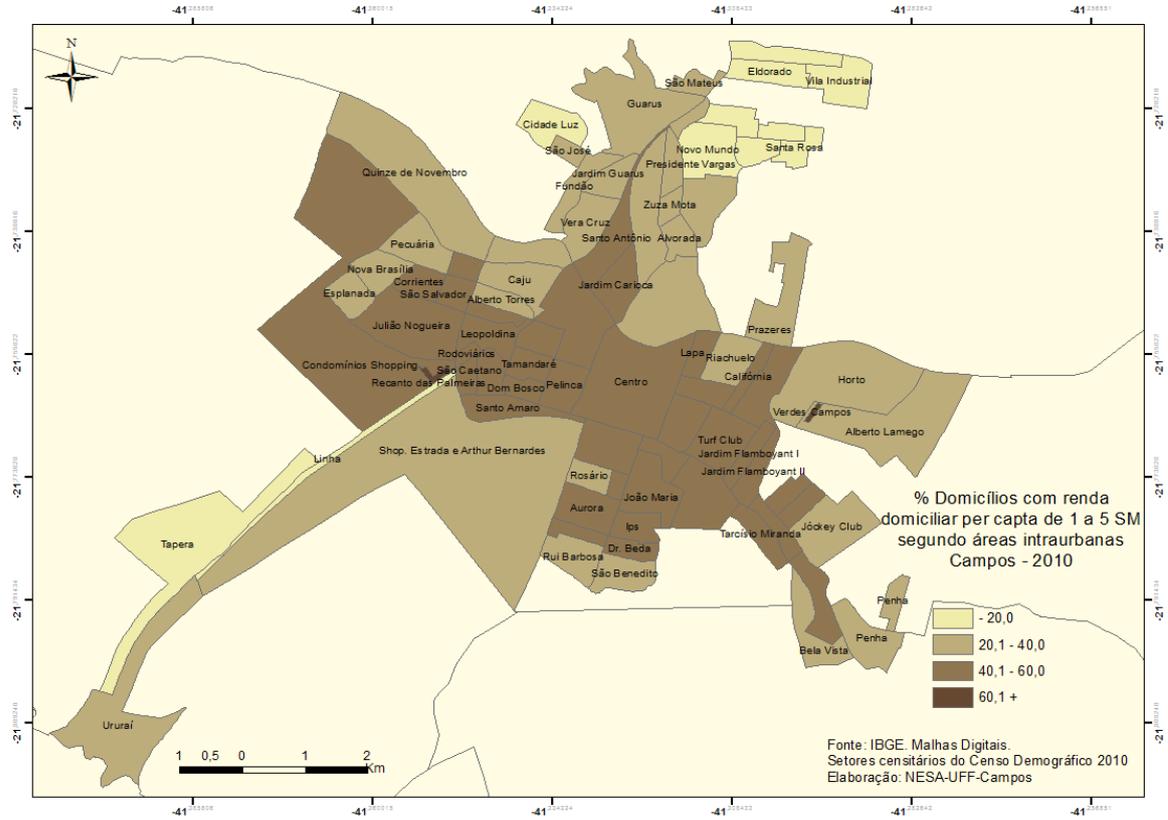
ZACCHI, Raquel Callegario; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **Fragmentação urbana: a ocupação de áreas de expansão por condomínios em Campos dos Goytacazes (RJ)** – V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão – agosto, 2011, p. 1-9.

ANEXOS

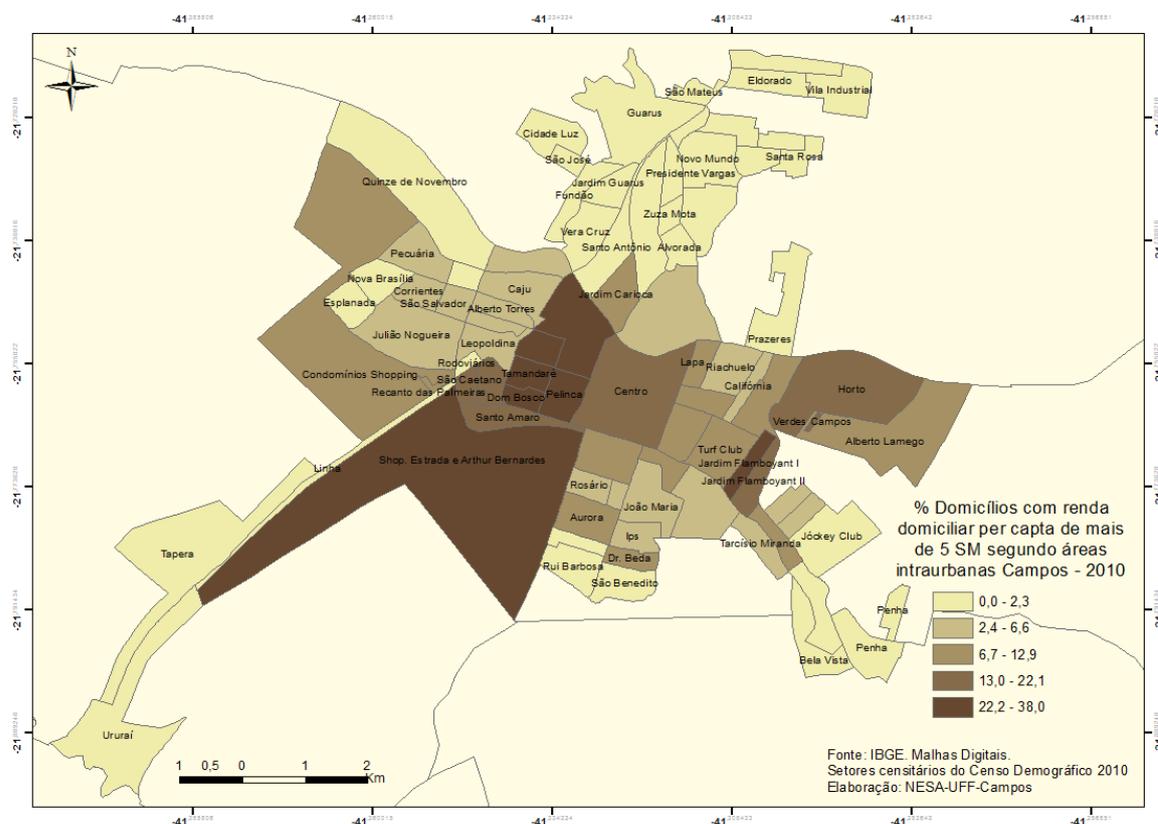
Mapa 1 – Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita até 1 salário mínimo em Campos – 2010



Mapa 2 – Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita de 1 a 5 salários mínimos em Campos – 2010



Mapa 3 – Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita de mais de 5 salários mínimos em Campos – 2010



[Falar sobre instituição e equipe, tema, entrevista/tempo, objetivos, concordância em participar, perguntas]

1. DADOS BÁSICOS DA PESQUISA [o pesquisador deve preencher]

1.1. Entrevistador: _____ 1.2. Data: ___/___/___

1.3. Endereço do domicílio: _____

1.4. Lote: _____ 1.5. Domicílio visitado: _____ [siga a codificação acordada previamente]

1.6. Domicílios no lote são parede com parede? () 1. Sim () 2. Não

1.7. Número de imóveis construído no lote: _____

[fazer a codificação pelo lote, dentro do lote considerar subdivisão de domicílios: 1a, 1b, 1c, por exemplo]

2. SOBRE AS CHEIAS DO RIO URURAI

2.1. O rio transborda com que frequência? [aproveitar esta pergunta para iniciar a conversa]

- () 1. Mais de uma vez por ano () 3. Uma vez a cada 2 anos em média
() 2. Uma vez por ano em média () 4. Mais de 3 em 3 anos em média
() 5. Não sabe/Não respondeu.

Ano	Mês
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

2.2. Vocês são avisados quando o rio começa a encher? () 1. Sim () 2. Não [ir para 2.3]

2.2.1. Caso Sim, por quem? _____

2.3. Com que frequência sua casa é afetada com as cheias do rio Ururai?

- () 1. Sempre que o rio transborda
() 2. Quando a cheia é muito intensa
() 3. Nunca foi afetada [ir para a pergunta 3.1]

[As perguntas 2.4 a 2.13.3 devem ser respondidas apenas por aqueles que tiveram a casa afetada por enchente ao menos uma vez. Para os demais, deixar em branco e ir para a pergunta 3.1]

2.4. Quantas vezes (anos) sua casa foi afetada pelas enchentes? _____

2.5. Por onde a água chega na sua casa geralmente?

- () 1. Pela rua () 3. Pelo quintal () 5. Não sabe/NR
() 2. Pelo ralo () 4. Mais de uma destas situações () 6. Outros

2.6. Vocês precisaram de socorro/ajuda? Foram socorridos?

- () 1. Sim, houve ajuda () 2. Sim, não houve ajuda () 3. Não precisamos de ajuda [ir para 2.7]

Caso Sim, 2.6.1. Quem ajudou? [múltipla escolha, marcar com números na ordem a partir de quem ajudou primeiro]

- () 1. Vizinho(s) () 3. Defesa civil () 5. Exército () 7. Associação de moradores
() 2. Parente(s) () 4. Secretaria SMFAS () 6. Igreja () 8. Outros. Qual(is)? _____

2.6.2. Como? _____

2.7. Foi preciso sair de casa? () 1. Sim () 2. Não [ir para a pergunta 2.11]

[As perguntas 2.8 a 2.10 devem ser respondidas apenas por aqueles que precisaram sair de casa em algum momento. Para os demais, deixar em branco e ir para a pergunta 2.11]

2.8. Caso Sim, para onde vocês foram?

- () 1. Casa de familiares () 3. Abrigos temporários disponibilizados pela prefeitura [ir para 2.8.1]
() 2. Casa de amigos () 4. Outros. Qual(is)? _____

[As perguntas 2.8.1 a 2.8.4 deverão ser respondidas apenas em caso de terem ido para abrigos temporários ou correlatos e sobre onde ficaram mais tempo. Para os demais, deixar em branco e ir para a pergunta 2.9]

(____) (____) **Ano**

2.8.1. Em caso de abrigo temporário, especifique o local em que a família ficou:

- () () 1. Escola em Ururuí
() () 2. Galpão da Usina Cupim
() () 3. Escola fora de Ururuí. Indique o bairro: _____
() () 4. Outros. Qual(is)? _____

2.8.2. Em caso de abrigo temporário, como a família ficou no alojamento?

- () () 1. A família ficou toda no mesmo abrigo
() () 2. A família ficou em abrigos separados

2.8.3. No abrigo que você ficou, como foi a distribuição das famílias nos cômodos?

- () () 1. Cada família ficou em um cômodo.
() () 2. Várias famílias ficaram no mesmo cômodo/espço.
() () 3. As pessoas foram divididas por sexo.
() () 4. Outros. Como? _____

2.8.4. Em caso de abrigo temporário, as crianças ficaram separadas?

- () 1. Sim () 1. Sim [Se não havia crianças, riscar]
() 2. Não () 2. Não

2.9. Quanto tempo a família permaneceu morando fora? _____ [em meses, se for menos de 1 mês colocar 0-zero]

2.10. Após sair do abrigo, a família foi para:

- () 1. A própria casa () 3. Casa de familiares () 5. Outros. Qual? _____
() 2. Casa de amigos () 4. Aluguel social

2.11. Teve perdas materiais nas enchentes? () 1.Sim () 2.Não [ir para 2.12]

2.11.1. Caso Sim, quais? _____

2.12. A enchente provocou algum problema de saúde na família? () 1.Sim () 2.Não [ir para 2.13]

2.12.1. Caso Sim, quais? _____

2.13. Durante as enchentes, você foi atendido por assistente social? () 1.Sim () 2.Não [ir para 3.1]

2.13.1. Caso Sim, em quê? _____

2.13.2. Como você classifica o atendimento:

() 1. Ótimo () 2. Bom () 3. Regular () 4. Ruim () 5. Não sabe/Não respondeu

2.13.3. Por quê? _____

3. HABITAÇÃO E ENCHENTES

3.1. Você pretende sair da sua casa para outro bairro em função das cheias do Rio Ururá? () 1. Sim () 2. Não

3.1.1. Caso Sim, para onde pretende ir? _____

3.2. Conhece alguém que recebeu casa popular? () 1. Sim () 2. Não

3.2.1. Caso Sim, em qual conjunto reside? _____

3.3. Você acha que estas pessoas tem se mostrado satisfeitas com a mudança?

() 1. Sim () 2. Não () 3. Não sabe

3.3.1. Por quê? _____

3.4. Conhece alguém que mudou para conjuntos habitacionais e retornou para Ururá? () 1. Sim () 2. Não

3.4.1. Caso Sim, por que a pessoa/família voltou? _____

4. DOMICÍLIO ATUAL [Ressaltar a importância das próximas perguntas]

4.1. Há quanto tempo sua família reside neste domicílio? _____ [em anos, se for menos de 1 ano colocar 0-zero]

4.2. A família já morou em outro domicílio antes deste? () 1. Sim () 2. Não [ir para 4.3]

Caso Sim, indique:

4.2.1. Bairro: _____ **4.2.2. Cidade:** _____

4.2.3. Por qual motivo vieram morar no domicílio atual? _____

4.3. Tipo de construção: [responder a partir da observação]

- () 1. Só alvenaria (só tijolo) () 4. Madeira
() 2. Alvenaria com revestimento (reboco) () 5. Outros. Qual? _____
() 3. Alvenaria com revestimento e pintura

4.4. Forma de utilização:

- () 1. Residencial () 3. Residencial e Templo religioso
() 2. Residencial e comercial () 4. Outros. Qual(is)? _____

4.5. Situação do terreno:

- () 1. Próprio, com escritura () 5. Cedido por outros (fora da família)
() 2. Próprio, com contrato de compra e venda () 6. Casa alugada. Qual valor: _____
() 3. Posse (ausência de documentação) () 7. Outra. Qual? _____
() 4. Cedido por empregador (ou ex-empregador)

4.6. Quantos cômodos têm na casa? _____ [este total deve ser a soma dos itens 4.6.1 a 4.6.4 abaixo]

4.6.1. Sala	4.6.2. Quartos	4.6.3. Cozinha	4.6.4. Banheiro	4.6.5. Varanda	4.6.6. Quintal
				() 1. Sim	() 1. Sim
			Coletivo? () S () N	() 2. Não	() 2. Não

4.7. Infraestrutura Existente:

4.7.1. Água	4.7.2. Esgoto	4.7.3. Coleta de lixo	4.7.4. Tem luz	4.7.5. Telefone
(1) Rede regular	(1) Rede regular	(1) Coleta Regular	(1) Com medidor	(1) Fixo
(2) Poço	(2) Fossa	(2) Caçamba	(2) Sem medidor	(2) Móvel
(3) Nascente	(3) Vala ou rua	(3) Enterra	(3) Não tem	(3) Contato
(4) Rio	(4) Rio/lago	(4) Joga no rio	(4) Outros: _____	(4) Não tem
(5) Emprestada	(5) Outros: _____	(5) Joga no terreno vazio		(5) Outros: _____
(6) Outros: _____		(6) Queima		
		(7) Outros: _____		

4.8. Enfrenta algum problema em relação a algum desses serviços? () 1. Sim () 2. Não [ir para 4.9]

4.8.1. Em caso afirmativo, quais? [pode haver múltiplas respostas]

- () 1. Água () 4. Energia Elétrica
 () 2. Esgoto () 5. Telefone
 () 3. Coleta de lixo () 6. Outros. Qual(is)? _____

4.9. Para você, o seu domicílio está em uma área de risco? () 1. Sim () 2. Não [ir para 4.11]

4.10. Por quê? _____

4.11. Alguém já disse para você que a sua casa está em área de risco? () 1. Sim () 2. Não [ir para 4.12]

4.11.1. Caso Sim, indique quem?

- () 1. Assistente social () 3. Supervisor de bairro/Representante da prefeitura
 () 2. Defesa civil () 4. Liderança comunitária/Associação de bairro
 () 5. Outros. Quem? _____

4.12. A família tem alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção permanente?

- () 1. Sim () 2. Não [ir para 5.1]

4.12.1. Caso Sim, qual a deficiência ou dificuldade? _____

5. BAIRRO ATUAL

5.1. Qual meio de transporte mais usado pelo responsável no trajeto casa-trabalho? [caso o responsável não trabalhe, considerar outra pessoa que trabalha].

- () 1. Ônibus coletivo () 3. Carro particular () 5. Bicicleta () 7. Outro. Qual? _____
 () 2. Vans () 4. Moto () 6. Vai a pé () 8. Não trabalha

5.2. Qual meio de transporte as crianças e/ou adolescentes da família mais utilizam no trajeto escola-casa?

- () 1. Ônibus coletivo () 3. Vans escolares () 5. Carro particular () 7. Bicicleta () 9. Outro. Qual? _____
 () 2. Ônibus-prefeitura () 4. Vans de linha () 6. Moto () 8. Vai a pé () 10. Não tem/não estudam

5.3. Como você avalia o transporte público que serve o seu bairro:

- () 1. Ótimo () 2. Bom () 3. Regular () 4. Ruim () 5. Não sabe/Não respondeu

5.3.1. Por quê? _____

5.4. Em quais estabelecimentos de ensino as crianças e/ou adolescentes da família estudam? [marcar mais de uma se estudarem em estabelecimentos diferentes]

- () 1. Escolas públicas no bairro () 4. Escolas particulares em outros bairros
() 2. Escolas públicas em outros bairros () 5. Não estudam
() 3. Escolas particulares no bairro () 6. Não há crianças e/ou adolescentes

5.5. Como você avalia a escola pública que serve o seu bairro:

- () 1. Ótimo () 2. Bom () 3. Regular () 4. Ruim () 5. Não sabe/Não respondeu

5.5.1. Por quê? _____

5.6. Onde a família busca atendimento de saúde com mais frequência:

- () 1. Posto/Hospital público no bairro () 3. Hospital Particular () 5. Outros. Qual? _____
() 2. Posto/Hospital público fora do bairro () 4. Médicos/Clínicas particulares () 6. Não procura

5.7. Como você avalia o serviço de saúde público que serve o seu bairro:

- () 1. Ótimo () 2. Bom () 3. Regular () 4. Ruim () 5. Não sabe/Não respondeu

5.7.1. Por quê? _____

5.8. Algum membro da família já utilizou o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)?

- () 1. Sim () 2. Não [ir para a 5.9]

5.8.1. Caso Sim, para qual finalidade?[múltipla escolha]

- () 1. PETI/Serviço de convivência () 5. Bolsa Família () 9. Outro(s). Qual(is)? _____
() 2. Grupo de mulheres () 6. Cheque cidadão _____
() 3. Grupo de idosos () 7. Morar Feliz/"Casinhas" _____
() 4. Oficinas () 8. Cesta básica

5.9. Você sabe se Uruará possui Associação de Moradores?

- () 1. Sim () 2. Não [ir para 5.10]

5.9.1. Caso Sim, alguém da família participa/se envolve? () 1. Sim () 2. Não [ir para 5.10]

5.9.2. Caso Sim, como? _____

5.10. Você acha que o seu bairro necessita de melhorias? () 1. Sim () 2. Não [ir para a 5.11]

5.10.1. Caso Sim, quais? _____

5.11. Você gostaria de mudar de bairro? () 1. Sim () 2. Não

5.11.1. Por quê? _____

5.11.2. Caso Sim, para onde? _____

Observações:

[Ressaltar a importância das próximas perguntas do QUADRO]

6. COMPOSIÇÃO FAMILIAR E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

6.1. NOME	6.2. PA-REN-TES-CO	6.3. IDA-DE	6.4. SE-XO	6.5. COR	6.6. ES-TADO CIVIL	6.7. RE-LIGI-ÃO	6.8. ESCO-LARI-DADE	6.9. LOCAL DE ESTUDO	6.10. CON-DIÇÃO TRAB.	6.11. OCUPAÇÃO	6.12. LOCAL DE TRABALHO	6.13. VÍN-CULO FOR-MAL	6.14. RENDA DO TRA-BALHO	6.15. TIPO DO BE-NEFÍ-CIO	6.16. VALOR DO BE-NEFÍ-CIO